



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE MESTRADO

MARCELO XAVIER DO NASCIMENTO

INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS CHINESES NO BRASIL
2010-2018

RECIFE

2019

MARCELO XAVIER DO NASCIMENTO

**INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS CHINESES NO BRASIL
2010-2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE) como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Política Internacional

Orientadora: Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima

RECIFE

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

N244i Nascimento, Marcelo Xavier do.
Investimentos diretos externos chineses no Brasil 2010-2018 / Marcelo
Xavier do Nascimento. – 2019.
83 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2019.
Inclui referências.

1. Ciência Política. 2. Política econômica. 3. Relações econômicas
internacionais. 4. Brasil. 5. China. 6. Investimentos chineses. I. Lima, Marcos
Ferreira da Costa (Orientador). II. Título.

320 CDD (22. ed.)

(BCFCH2020-226)

MARCELO XAVIER DO NASCIMENTO

**INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS CHINESES NO BRASIL
2010-2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE) como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: 30/08/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. CHRISTINE PAULETTE YVES RUFINO DABAT
Universidade Federal de Pernambuco
Examinador (a) Interno (a)

Prof. Dr. Pedro Rafael Lapa
Examinador (a) Externo (a)

Dedico essa modesta dissertação a todos os trabalhadores brasileiros que lutaram pela universidade pública e que produzem diariamente a riqueza social para sustentá-la. Eles são os nossos financiadores e para quem a Universidade deveria devotar seus esforços.

RESUMO

As relações entre Brasil e China se intensificaram sobremaneira desde o início da década de 90 em termos econômicos e políticos. Os investimentos diretos externos chineses chegaram ao Brasil com relevo em 2010 após dez anos de lançamento da estratégia chinesa de internacionalização das empresas nacionais conhecida como *going out*. No início houve uma visível concentração em setores extrativos e de energia fósseis, contudo ao longo da década o perfil foi mudando e se mais diversificado. Em meio à crise econômica e política brasileira, os investimentos externos chineses atingiram cerca de 60 bilhões de dólares em 2015, o maior patamar da série. A maioria desses investimentos foi realizada por empresas estatais chinesas cuja formação e natureza remetem ao processo de reformas e abertura realizados no final da década de 70. Nesta dissertação optou-se em analisar a relação entre os dois países sob a ótica dos investimentos externo diretos a partir do conceito de imperialismo e cotejo com a política externa para América Latina chinesa para a região.

Palavras-chave: China. Brasil. Investimento. Imperialismo. Reformas.

ABSTRACT

Relations between Brazil and China have intensified significantly since the early 1990s in economic and political terms. Chinese foreign direct investments arrived in Brazil in 2010 after ten years of launching the Chinese strategy of internationalization of national companies known as going out. At the beginning there was a visible concentration in the extractive and fossil energy sectors, however over the decade the profile was changing and becoming more diversified. In the midst of the Brazilian economic and political crisis, Chinese foreign investments reached around US \$ 60 billion in 2015, the highest level in the series. The majority of these investments were made by Chinese state-owned companies whose formation and nature refer to the process of reforms and opening carried out in the late 1970s. In this dissertation, we opted to analyze the relationship between the two countries from the perspective of foreign direct investments to from the concept of imperialism and comparison with foreign policy for Chinese Latin America for the region.

Keywords: China. Brazil. Investment. Imperialism. Reforms.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução dos Investimentos Diretos Externos nos anos 80 e 90-----	70
Gráfico 2. Evolução dos Investimentos Diretos Externos nos anos 2000-----	70
Gráfico 3. Investimentos Diretos Externos chinês na América Latina-----	72
Gráfico 4. Participação dos principais setores 2005-2009-----	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução da Economia Chinesa-----	69
Tabela 2. Participação das Exportações/Investimento e IDE do PIB chinês-----	69
Tabela 3. Intercâmbio comercial entre Brasil e China-----	71
Tabela 4. Participação do Investimento Direto Externo chinês-----	75
Tabela 5. Modalidade de entrada dos Investimentos-----	77
Tabela 6. Investimentos Diretos Externos das empresas estatais 2005-2019 acima de 1 bilhão-- -----	77

LISTA DE SIGLAS

CBRES	China-Brazil Earth Resources Satellite
CEBC	Conselho Empresarial Brasil-China
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
COSBAN	Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
EUA	Estados Unidos da América
IDE	Investimento Direto Externo
MOFCOM	Ministério do Comércio da República Popular da China
NRDC	National Development and Reform Commission
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
RPC	República Popular da China
SASAC	State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the
State Council	
SOE	State-Owned Enterprise
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
URSS	União das Repúblicas Socialistas da América
ZEE	Zona Econômica Especial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DA FUNDAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR ÀS REFORMAS	16
2.1	Introdução	16
2.2	A formação das empresas estatais e o socialismo	17
2.3	Das reformas à política do going out	21
2.4	Uma nota sobre a ascensão internacional da China	26
3	QUADRO TEÓRICO: IMPERIALISMO E PODER	30
3.1	Introdução	30
3.2	Imperialismo Marxista Clássico	34
3.2.1	Rudolf Hilferding	35
3.2.2	Rosa Luxemburgo	37
3.2.3	Nikolai Bukharin	39
3.2.4	Lênin	40
3.3	Imperialismo durante a Guerra Fria	42
3.3.1	Paul Baran	44
3.3.2	Harry Magdoff	46
3.4	Imperialismo após a Guerra Fria	48
3.4.1	Alex Callinicos	48
3.4.2	Léo Panitch e Sam Gindin	51
3.4.3	David Harvey	54
3.5	Poder, Imperialismo e Relações internacionais	55
3.6	Algumas conclusões e Questão de Pesquisa	59
4	INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS CHINESES NO BRASIL 2010-2018	61
4.1	Metodologia, Dados e Hipótese de trabalho	61
4.2	Parceria estratégica e Ascensão da China	63
4.3	Características do Investimento Direto Externo Chinês	67

4.4	A Política da China para a América Latina	71
4.5	Investimentos Diretos Externos chineses no Brasil	73
5	CONCLUSÃO	78
	REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

A História da China é obscurecida por uma visão ocidental e liberal das suas transformações. Em relação às reformas iniciadas em 1978 não é diferente. A leitura corrente é de que a China simplesmente se transformou numa sociedade capitalista e isso por si só explica seu êxito. Ignora-se que a China do século XXI é o resultado de inúmeros processos de continuidade e ruptura que antecedem o mundo Ocidental.

A Revolução Comunista é também produto desse longo processo de lutas pela libertação do país desde a metade do século XIX contra o imperialismo de vários países capitalistas. A perda de partes do território, imposição de tratados desiguais além de penosas punições decorrente da Guerra do Ópio e sucessivas agressões estrangeiras alimentaram o sentimento nacional de libertação. Os comunistas se somaram a esse acúmulo de forças e encontraram no marxismo-leninismo a ferramenta que deu união ao povo chinês em torno das lutas pela independência.

Há um relativo consenso no Ocidente de que as reformas iniciadas em 1978 abriram a sociedade chinesa para o resto do mundo e que o êxito atual da sua economia é resultado direto dessas medidas. Por conseguinte, o período maoísta é colocado como um momento de grande retrocesso econômico e isolamento internacional que penalizou toda a população chinesa. Assim, ao adotar o capitalismo e romper com passado socialista a China ascendeu internacionalmente, inclusive rivalizando com outras potências. Isso nos leva necessariamente a mencionar, ainda que de passagem, a questão do socialismo (ou não) com características chinesas, algo que é bastante controverso. Basta dizer de início que, em virtude da sua longa história, que precede os modos de produção capitalista e socialista, após a China ser destroçada pelo capitalismo em sua fase imperialista e encontrar no socialismo a ferramenta de libertação colonial e reconstrução nacional, há uma fusão entre ambos, chamada de socialismo com características chinesas. As instituições China milenar se fundiram com o socialismo e nunca deixou de ser reivindicado por todos seus líderes após a morte de Mao Zedong.

A China é atualmente o principal receptor e segundo maior de investimentos externos diretos (IEDs) no mundo. Segundo a Unctad, em 1999 o investimento externo somava quase 27 bilhões e saltou para quase 1,5 trilhão em 2017¹. No mesmo período, o número

¹ World Investment Report (vários anos)

de multinacionais chinesas entre as 500 maiores do mundo saltou de 10 no ano 2000 para 98 em 2015, sendo que 70 eram estatais.

A ascensão do país na economia política internacional foi construída ao longo de décadas, porém nos últimos houve inúmeros avanços, inclusive ameaçando relativamente a posição dos Estados Unidos perante vários países. Isso tem gerado reações ao ingresso de capitais, pois há uma desconfiança sobre os reais interesses dos investimentos. Como a maioria das multinacionais são estatais com vínculos estreitos com a cúpula do Estado chinês há um temor de ameaça à soberania. (SZAMOSSZEGI, 2011, p.02)

O processo de formação e construção das multinacionais chinesas tem como marco as reformas e abertura em 1978 lideradas por Deng Xiaoping. De fato, uma série de mudanças foram introduzidas visando adaptar e modernizar a China após anos de isolamento internacional, bem como para superar as limitações de uma dinâmica econômica de traço soviético.

Com a fundação da República Popular da China (RPC), após anos de dominação imperialista que transformou a China em país atrasado e totalmente cativo de capitais externos, foi iniciado um processo de transformação socialista que consistiu em converter a propriedade privada dos meios de produção.

Com a morte de Mao, abriu-se um breve período de disputas que levou Deng Xiaping ao poder no final dos anos 70, quando são anunciadas as políticas de reformas e abertura. Os principais pontos desse conjunto de medidas apontavam para uma redefinição das relações entre indústria e agricultura, bem como abertura para o investimento estrangeiro. Na agricultura e na indústria adotou-se medidas de descentralização gerencial e autonomia, que foi seguido por um menor controle sobre os preços e permissões para comercializar livremente até 20% da produção. Além disso, a China abriu espaços para experimentação com a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que funcionavam totalmente fora do planejamento central, mas submetidas ao controle político do Estado chinês.

Nos anos 90 o controle gerencial sobre as estatais foi separado da propriedade, e as empresas estatais passam a se chamar empresas de propriedade estatal (*state-owned enterprises-SOEs*) (HONG e NONG, 2012). A partir de 1993 inicia-se o período chamado de sistema empresarial moderno, quando as empresas gozam de autonomia e a separação entre propriedade e controle encontra-se consolidada. Em 1994 com a vigência da

Company Law os diversos níveis de governo se tornaram acionistas ou sócios com responsabilidade limitada das SOEs. Durante essas décadas também foi estimulada a competição entre as empresas estatais visando a racionalização de custos e a busca de ganhos de produtividade. O número de empresas estatais diminuiu bastante ao longo dos anos, de tal forma que as menos competitivas eram fechadas ou absorvidas. Por outro lado, o setor privado, em suas diversas formas, se tornou quantitativamente majoritário.

O ponto alto desse processo de reforma é criação da *State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council* (SASAC) em 2003 quando as maiores empresas e aquelas consideradas estratégicas foram reunidas sob o controle direto do Estado chinês. Ao mesmo tempo que foi promovida a transição planejada para o mercado e separação entre controle e propriedade, grandes corporações vinculadas diretamente à política de Estado foram criadas através de um processo de centralização de capitais singular.

Segundo Sutherland (2007), a criação desses grupos empresariais mirou tornar as empresas chinesas competitivas no exterior e guiar a China para a integração com a economia mundial. As decisões sobre os IDEs são tomadas pela SASAC e por um conjunto de entidades governamentais que aprovam os investimentos², sob a coordenação do Conselho de Estado, que é a instância mais alta da administração pública na China (CEBC, 2017).

A estratégia *China's going out* surgiu no final dos anos 90 após várias reformas realizadas nas empresas estatais e o início da mudança no modelo econômico chinês. A ênfase nas exportações de mercadorias para impulsionar o mercado interno paulatinamente vai dando espaço a uma estratégia ancorada na exportação de capitais (ACIOLY e LEÃO, 2011).

Esse processo de ascensão acelerado e intenso, muitas vezes chamado de milagre, abre uma série de questionamentos sobre as mudanças que a China vem provocando das relações internacionais. Há um discurso recorrente de que tal processo de expansão econômica, seja comercial, de investimentos e financeiro, tem uma natureza imperialista. Tais argumentos se baseiam em argumentos de que a China promove a desindustrialização e adota uma política de Investimentos Diretos Externos que ameaça a soberania das economias nacionais.

Esta dissertação é composta por quatro capítulos. O primeiro tenta estabelecer uma linha de continuidade entre a fundação da República Popular sob o comando de Mao Zedong e o

² Comitê Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) e Ministério do Comércio Exterior (MOFCOM).

processo de reforma e abertura até o processo de internacionalização produtiva que culminou com os investimentos diretos externos. Se antes, a China perseguia seus objetivos através da propriedade estatal dos meios de produção, agora o faz através do uso da lógica combinada com a acumulação capitalista. É enfatizada a mudança no sistema empresarial, que transitou de um sistema totalmente estatal e submetido ao controle absoluto do planejamento central para um sistema que vai permitir os negócios privados, sem o abandono do sistema de planejamento. Na última seção do capítulo se faz algumas considerações sobre a trajetória da China durante Guerra Fria e como sua posterior ascensão econômica e internacional foi pavimentada ainda por Mao Zedong e continuada por Deng Xiaoping.

O segundo capítulo analisa a evolução do conceito de imperialismo dentro do horizonte teórico do marxismo. A periodização do debate divide o imperialismo em três etapas: a primeira vai das últimas décadas do século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial; o seguinte compreende o período entre 1945 até o fim da URSS em 1991 e; a terceira etapa inicia com final da Guerra Fria e prossegue até os dias atuais. Foram selecionados autores dentro de cada etapa que buscaram compreender as novas configurações do sistema capitalista e trouxeram contribuições para o conceito de imperialismo. Em cada uma há uma configuração específica do sistema interestatal e do próprio desenvolvimento das relações capitalistas e, por isso, uma estrutura de exercício de poder particular. O objetivo aqui não é analisar exaustivamente os debates em torno do imperialismo, mas antes de tudo trazer, na medida do possível, esse debate para a esfera do presente estudo. Parte-se aqui da premissa que há um nexos incontornável entre Estado e capital de tal forma que não é possível analisar as relações de poder entre nações capitalistas desconsiderando as determinações das leis da acumulação.

No terceiro capítulo faz-se a análise do caso dos investimentos diretos chineses no Brasil dentro do horizonte da exportação de capitais chineses. Aqui se busca averiguar a existência de indícios de uma nova forma de imperialismo manifesta através dos investimentos externos diretos. Na primeira seção é feita uma análise mais geral do investimento externo chinês no mundo por região e setores; em seguida da relação entre parceria estratégica e o discurso da ascensão chinesa; depois a posição ocupada pela América Latina e por último a do Brasil. Ao final vem a conclusão desta dissertação a partir de uma síntese de tudo que foi discutido.

2 DA FUNDAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR ÀS REFORMAS

2.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é descrever o processo de transformação socialista da economia chinesa dentro da turbulenta conjuntura internacional da Guerra Fria. A China passou do alinhamento ao campo comunista em contraposição aos EUA para a ruptura com a URSS e isolamento internacional entre as duas superpotências para, posteriormente, uma reaproximação estratégica com os EUA. Nesse isolamento entre as duas superpotências construiu uma economia socialista e lançou as bases que permitiram a realização da modernização sob o comando de Deng Xiaoping.

É possível identificar três momentos do setor empresarial chinês: um primeiro antes da revolução de 1949, quando a China vivia submetida à intervenção estrangeira e ao conflito desencadeado pela Guerra Civil que desorganizaram toda a economia local; num segundo momento a partir de 1949 o PRC conquista o poder e vai lutar pela consolidação de uma economia socialista onde a dinâmica do setor industrial estará ligada ao desempenho do setor agrícola; o terceiro momento é o da chamada reforma, que inclui a abertura da economia aos capitais estrangeiros e uma série de políticas cujo resultado pelo Estado é a criação de um setor privado nacional e a formação de grandes monopólios estatais.

O entendimento da expansão dos investimentos diretos externos chineses passa pela compreensão das sucessivas reformas encampadas pelo Estado desde 1949 e também pela trajetória chinesa no sistema internacional durante a Guerra Fria.

Este capítulo está subdividido em quatro seções além desta introdução [1.1]; A formação das empresas estatais e o socialismo [1.2]; reformas e abertura da economia [1.3]; uma nota sobre a ascensão internacional da China [1.4]

2.2 A formação das empresas estatais e o socialismo

Antes de 1949 a China era um país semicolonial e semifeudal dominado por empresas de capital estrangeiro. O setor empresarial estava dividido entre capitalistas nacionais chineses, capitalistas internacionais e os capitalistas burocráticos³ (MUQIAO, 1981, p. 25). No campo, os senhores de terras eram proprietários de 80% dos estabelecimentos rurais, embora representasse apenas 8% da população.

A transformação socialista da economia chinesa iniciou com a reforma agrária. Segundo Mao Zedong, a reforma agrária era uma etapa fundamental para a criação do socialismo. De um lado cumpria a função eliminar o poder dos senhores de terras e, por outro, legitimava o Partido Comunista perante o campesinato, que foi a grande agente da Revolução de 1949.

Mais de 78% das empresas têxteis chinesas em 1941 eram controladas por capitais japoneses que durante a Guerra Sino-japonesa haviam se expandido pelo país. Mesmo após o final do conflito e a instalação do governo nacionalista, ganharam força e se reorganizaram na forma de empresas estatais. Por outro lado, o setor agrícola e industrial nacional era formado por pequenos produtores que eram responsáveis por mais de 90% do produto nacional. (CHU-YUAN, 1964, p.61)

As empresas de capital nacional foram nacionalizadas ao longo dos anos que seguiram a revolução. Num primeiro momento, o governo se utilizou da capacidade produtiva desses capitais, que detinham mais 50% do produto industrial e 85% das vendas. Além disso, a relação do governo com a burguesia nacional foi mais amistosa inicialmente em virtude do apoio destes durante a Guerra de Libertação e na Guerra de Resistência contra a Agressão Japonesa. Contudo, foi uma estratégia passageira e dúbia que durou até 1952, pois paulatinamente o governo foi adotando medidas que debilitaram o setor como o fechamento da bolsa de valores de Xangai e centralização do crédito nos bancos estatais. De outro lado utilizou os capitais privados para fornecer suprimento durante a Guerra da Coreia, aumentando a participação das empresas privadas no produto industrial chinês (CHU-YUAN, op.cit, p.64-66)

Nos anos subsequentes, o governo central criou uma série de restrições e campanhas para minar o crescimento das empresas privadas. O último passo da transformação da velha economia chinesa em socialista coincidiu com a vigência do primeiro Plano Quinquenal. Nesse momento ainda existia a propriedade privada dos meios de produção, muito embora

³ Segundo a terminologia comunista, os capitais burocráticos são resultado dos investimentos realizados pelos japoneses durante a invasão à China. Após a derrota nipônica, tais empreendimentos foram apropriados pelo Governo Nacionalista e convertidos em monopólios estatais.

as decisões sobre a produção já estivessem submetidas ao planejamento central. Criou-se uma situação em que o poder político do Estado era controlado pelo Partido Comunista e a esfera da produção administrada pelos capitalistas, mas totalmente desidratados de qualquer aspiração enquanto uma burguesia nacional. Estava realizada assim a expropriação política enquanto a expropriação econômica sobre a burguesia foi apenas parcial visando, nessa transição, assegurar o desenvolvimento das forças produtivas em direção ao socialismo (LOSURDO, 2004, p. 144-145)

A transição da propriedade capitalista para a socialista foi paulatina. A convivência temporária entre um setor socialista e um setor capitalista híbrido foi considerada uma etapa da transição entre os sistemas de produção. Um elemento central dessa mudança foi a criação dos empreendimentos entre o Estado socialista e a burguesia local em 1954 em paralelo. Ambos cresceram muito ao longo dos anos 1950, embora a participação do setor público tenha sido muito mais expressiva, consolidando a produção socialista como o eixo da nova sociedade chinesa. Na verdade, a produção híbrida entre Estado e burguesia local funcionou como um acelerador da transição para o socialismo, pois criou uma gestão compartilhada das decisões da produção, mas sempre atreladas ao planejamento central (CHU-YUAN, op.cit, p.71-73).

Para Muqiao (1981), a transição do capitalismo para o socialismo na China foi um processo de incorporação da produção e habilidades gerenciais da burguesia nacional. De fato, a burguesia aliada ao imperialismo, que representava as antigas relações de produção, foi abolida e convertida de imediato em setor estatal. Isso foi mais claro no setor rural, onde os antigos senhores de terras também associados ao imperialismo, foram eliminados prontamente com a Revolução. Contudo a burguesia urbana nacional foi utilizada como um veículo para a transição mediante a instituição de um capitalismo⁴ de Estado até a eliminação completa da propriedade privada.

Quando a China Popular foi fundada em 1949 o país acabara de superar cerca de cem anos de espoliação iniciados com a Primeira Guerra do Ópio em 1840. O desafio imposto aos comunistas sob a liderança de Mao Tsé-Tung foi promover o desenvolvimento das forças produtivas chinesas e, mais ainda, adotar uma estratégia que assegurasse a independência nacional (LIN, 2006, p. 29).

⁴ De acordo com Lênin, o capitalismo de estado consiste na existência da propriedade privada dos meios de produção, porém a burguesia encontra-se vinculada ao Estado, que por sua vez está sob o controle dos trabalhadores (CHU-YUAN, op.cit, p.69)

Após o final do primeiro Plano Quinquenal o sistema da economia socialista estava praticamente edificado, restando apenas a completa absorção da propriedade privada existente na produção da empresa híbridas, que foi realizada em 1967 com a extinção da taxa de lucro fixa para pelo governo. Foram criados dois sistemas na economia socialista: as empresas estatais e as empresas de propriedade coletiva.

As diferenças entre os dois sistemas são marcantes para o período entre 1958 e 1978, atuando como o eixo de desenvolvimento das forças produtivas na China. Ambas pertenciam ao povo chinês, contudo as empresas de propriedade coletiva foram entregues ao controle direto de grupos específicos de trabalhadores, que eram responsáveis pela gestão do processo produtivo. A propriedade dos meios de produção não era pública como nas empresas estatais, mas pertencia à coletividade de trabalhadores vinculados àquela empresa. Mesmo assim estavam integradas ao planejamento central e recebiam apoio quando necessário.

A produção era regulada por regras de comércio igualitário, uma vez que a exploração da força de trabalho havia sido abolida, pelo menos formalmente. A redistribuição entre os trabalhadores da empresa coletiva era igualitária, porém o excedente tinha um uso diferente desigual: uma parte compunha um fundo de acumulação e outra um fundo de consumo. A primeira parte era apropriada pelo planejamento central e alocada na ampliação das empresas estatais; o fundo de consumo por sua vez era destinado a suprir as necessidades dos trabalhadores das empresas estatais.

Outra característica marcante do sistema econômico na China estava na relação entre o mercado de trabalho e as empresas estatais. Com o socialismo, foi instituído o sistema *iron rice bowl*, no qual havia garantia de emprego estável para todos os chineses. Para sustentar essa política, era promovida a alocação da força de trabalho entre setores e regiões do país segundo o planejamento central e não através da livre contratação. A utilização da força de trabalho não buscava a racionalização, mas garantir a ausência de desemprego e ao mesmo tempo mobilizar a população para os grandes desafios colocados pelo planejamento. As unidades produtivas apenas atendiam às determinações de quantidade e utilização de força de trabalho do planejamento central (FUNG, 2001, p. 260)

Quando foi lançado Primeiro Plano Quinquenal em 1953 e principalmente no Grande Salto para Frente foram fixadas metas ousadas para a industrialização nacional, houve uma intensa mobilização de força de trabalho para o setor, inclusive deslocando camponeses que desconheciam totalmente as técnicas de trabalho da indústria. Proliferou a quantidade de empresas estatais enquanto a agricultura ficou desprovida de mão-de-obra. A

escassez alimentar decorrente da priorização da produção industrial ameaçou o *iron rice bowl*, o que levou mais adiante o governo a inverter a alocação de força de trabalho e deslocar uma quantidade enorme de pessoas durante a Revolução Cultural para as áreas rurais, inclusive jovens recém-formados residentes nas áreas urbanas que desconheciam o trabalho no campo. No final desse período houve uma nova escassez de força de trabalho, agora na indústria, e mais uma vez foram deslocados trabalhadores rurais para ocupações industriais, que deveriam ter sido destinadas aos jovens recém-formados. O planejamento central havia paradoxalmente criado uma situação em que o *iron rice bowl* havia comprometido o desempenho econômico setorial chinês e criado pressões por reformas (FUNG, op. cit. p. 261-262)

Os dois sistemas produziram desiguais níveis de desenvolvimento das forças produtivas. As empresas estatais representavam um sistema moderno e em franca expansão do seu produto. A produção coletiva permaneceu relativamente atrasada e utilizando técnicas de produção rudimentares, principalmente na agricultura. O excedente das empresas coletivas era drenado e redistribuído pelas empresas estatais, enquanto os trabalhadores das propriedades coletivas não gozavam do excedente que produziam.

A estratégica de desenvolvimento escolhida precisava ser capaz de promover um rápido crescimento e ao mesmo tempo modernizar a economia predominantemente rural. O setor selecionado foi o da indústria pesada de metalurgia, que na visão dos especialistas da época seria capaz de satisfazer as necessidades do país. Entretanto havia um descompasso entre o setor da indústria pesada e o restante da economia, principalmente o setor agrícola. Isso ficou mais evidente com o lançamento do Grande Salto para Frente quando a quantidade de empresas estatais aumentou em 85% num só ano, enquanto a produção de alimentos declinou em 2,5%, mas a demanda se elevou para mais de 20%. (LIN, 2006, p.56-57) A produção da agricultura que aumentou acentuadamente nos primeiros anos declinou depois de 1959, por outro lado a indústria aumentou sua produção. O resultado foi a crise alimentar conhecida como a Grande Fome.

Vinte anos após a vigência desse sistema dual a distância entre as duas formas de propriedade socialista se agravou ao longo dos anos. A capacidade de produzir excedente diminuía em virtude das técnicas atrasadas e da falta de incentivos em elevar a produção por parte dos trabalhadores, alimentadas pelas disparidades intersetoriais. Isso, contudo, não foi considerada uma falha do sistema socialista, mas da forma irracional de gestão da economia que ao invés de promover o bem-estar da população estava erodindo os princípios que faziam do socialismo um sistema de produção superior.

2.3 Das reformas à política do *going out*

Em 1978 ficou decidido na 3ª sessão plenária do 11º Congresso do Comitê Central do Partido Comunista Chinês que era preciso retirar o país do atraso e transformá-lo num poderoso e moderno Estado socialista. Para tanto, seria necessário realizar modernizações nos setores industrial, agrícola, militar e de ciência e tecnologia. O desafio da modernização socialista era promover reformas na política econômica, sem alterar a propriedade dos meios de produção e impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas através da concessão de maior autonomia às empresas estatais (MUQUIAO, op.cit., p. 235).

As reformas econômicas compreenderam um conjunto de transformações conduzidas pelo Estado chinês para reinserir o país internacionalmente e promover o desenvolvimento interno. As estratégias adotadas em matéria de política econômica foram basicamente duas: abrir a economia para investimentos externos e reformar o sistema empresarial, essencialmente estatal. Em ambas o foco era modernizar o país através da absorção de tecnologias estrangeiras. A primeira estratégia se materializou nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que consistiram em regiões onde o governo permitia a realização de atividades sob regras exclusivamente capitalistas. Uma exceção era a exigência de *joint ventures* entre capitais externos e as empresas estatais. O objetivo dessa medida era absorver a experiência gerencial e tecnológica estrangeira de modo a modernizar as empresas estatais. As zonas econômicas partiam do mesmo princípio que orientou as reformas das estatais: primeiro realizar experiências em localidades desapartadas do restante da economia para depois levar para outras regiões até, ao final, para o país.

A outra estratégia foi introduzir mecanismos de mercado⁵ no nas empresas estatais e na agricultura. Deu-se permissão de atividade privadas e também concedendo maior autonomia para que as empresas estatais e produtores rurais. Caso houvesse sucesso, seriam estendidos gradualmente para outras regiões do país. Foi permitido que as empresas estatais produzissem acima do que era previsto no planejamento central e negociassem o excedente a preços livres. Configurou-se assim o chamado *dual-track system*, no qual uma parte da economia funcionava dentro do plano e a outra operava fora do plano, que vigorou durante toda a década de 1980 (NAUGHTON, 2018, p.105)

⁵ Preços livres, concorrência e permitir o surgimento de negócios privados.

Há um debate sobre a periodização das reformas que contrapõe a visão chinesa e a ocidental do processo. De acordo com Jinglian (2005, p.43), o processo iniciado em 1978 é continuação das reformas da economia socialista chinesa desde 1956, com a consolidação do planejamento central e descentralização da produção, mas sem autonomia plena das unidades produtoras. As reformas continuaram ao longo dos anos 80 numa nova fase onde a autonomia vai mesclar o planejamento central e a maior liberdade às unidades produtivas para negociar seus excedentes, juntamente com a permissão para negócios privados. A partir da terceira etapa em 1994 são adotadas medidas para criar grandes corporações estatais estratégicas e consolidar a economia socialista de mercado.

A visão ocidental acerca do processo de reformas chinesas pontua uma inflexão a partir de 1978 quando são introduzidos paulatinamente mecanismo do mercado capitalista na China, seja pela via de abertura irrestrita do mercado ou pelo gradualismo. A entrada de novos agentes econômicos nos anos 80 e a criação de mecanismos para impulsionar a competição entre estatais e destas com os negócios privados são o início da restauração do capitalismo chinês.

A diferença entre as duas visões reside em defender se a China permanece um país socialista em processo de modernização ou se está havendo uma restauração do capitalismo e progressivo abandono dos mecanismos de planejamento característicos do período anterior. Fora isso, há concordância as visões sobre a periodização das etapas seguintes da reforma, cujo marco será a criação da *Company Law* em 1994.

O *dual-track system* obteve o êxito de aumentar a produção da economia chinesa e criar estímulos para empreendimentos privados. A renda per capita e o PIB aumentara quase em 10% entre 1982 e 1988; os negócios privados cresceram a uma taxa de 17,6% entre 1978-1990 e atingiu quase metade da produção do setor industrial enquanto no mesmo período a produção das empresas estatais cresceu 7,65 no mesmo período. A quantidade de empresas na China aumentou de 378.000 em 1978 para mais de 10 milhões em 1994, sendo que o número de estatais cresceu de 80.000 para 102.000 unidades. Houve uma explosão no número de empresas de propriedade não estatal, que não existiam antes da reforma e atingiram o número de cerca de 800 milhões em 1994⁶.

Apesar do expressivo crescimento da atividade econômica na China durante os anos 80, ainda havia muito controle sobre o processo em curso. Primeiro por que as reformas foram conduzidas de forma experimental em poucas regiões e setores. Um caso

⁶ *China Statitital Yearbook*. Vários anos

emblemático é o das ZEEs, que começaram em 1979 nas províncias de Guandong e Fujian; no ano seguinte foram criadas mais quatro em 1985 já eram catorze. Da mesma forma, a opção foi começar a reforma por “fora do sistema” e depois “dentro do sistema”, ou seja, as empresas estatais ficaram imunes às privatizações, pressões pela racionalização da produção e manteve-se ainda o *iron rice bowl*. Tiveram acesso nessa primeira fase apenas aos benefícios decorrentes da lucratividade e do aumento das rendas individuais (NAUGHTON, op.cit., p. 105).

Segundo Jinglian (2005, p.72), as vantagens da adoção do *dual-track system* para a China foi estimular o autointeresse nos novos grupos empresariais em regiões e proporcionar uma reforma que levou apenas benefícios, testar a estabilidade do sistema político ante o surgimento de setores não estatais e estimular a concorrência para o setor estatal e forçá-lo a se ajustar bem como o próprio Estado.

Por outro lado, a criação de um sistema híbrido produziu efeitos políticos e econômicos negativos decorrentes de conflitos entre aqueles setores e regiões que permaneceram dentro do planejamento centralizado e aqueles “fora do plano”. As estatais permaneceram ainda muito dependentes das finanças públicas, pois mesmo com estímulos para busca de eficiência dentro do processo produtivo o Estado continuou a garantir as principais receitas das empresas.

Houve um surto inflacionário decorrente do aumento da produção e da renda nos setores não estatais e da própria inexperiência do governo em administrar um sistema econômico híbrido. Outro efeito perverso foi o agravamento da desigualdade de renda, tanto entre o setor não estatal e o setor estatal como dentro deste.

No final da década todos esses problemas se somaram levando a uma crise que culminou com o conflito na Praça Tiananmen em 1989, que foi potencializado com a notícia da morte do virtual sucessor de Deng Xiaoping. Isso levou à breve ascensão dos conservadores⁷, que questionavam o processo de reformas e a capacidade do governo de reprimir os protestos pelo país (NAUGHTON, 2017, p. 109-110).

Em 1992, Deng Xiaoping realizou uma série de viagens pelo interior do país para reforçar o apoio às reformas buscar apoio dos setores mais resistentes. O apoio foi buscando junto aos líderes de províncias do Sul, onde as reformas tiveram início, e os militares, com os quais foi costurado um compromisso em torno da continuidade das reformas. O resultado foi a pacificação em torno de um projeto segundo o qual para tornar a China uma nação rica

⁷ Nesse caso, os conservadores eram os anciãos defensores da economia totalmente submetida ao planejamento central e refratários às reformas.

e próspera era preciso avançar no caminho do desenvolvimento econômico iniciado com as reformas (NAUGHTON, op. cit., p. 114)

A reforma entrou numa nova fase nos anos 90 porque é quando começaram as privatizações e aprofundamento das mudanças dentro das estatais. A principal certamente foi a indução pelo governo de um intenso processo de centralização de capitais e formação dos grandes conglomerados estatais. Outra mudança, ainda ocorrida na década anterior, foi a legalização da existência das empresas privadas em 1988, embora de forma complementar ao setor público (JINGLIAN, 2005, p.181).

Em 1994 foi aprovada a *Company Law*, considerada um marco na inflexão das reformas chinesas exatamente por que ampliou a autonomia concedida às empresas estatais separando a propriedade (que permaneceu com o Estado) e o controle (que foi transferido para a gestão profissional) e, por isso, passaram a se chamar legalmente de empresas de propriedade estatal (*state-owned enterprises-SOEs*). A autonomia também foi estendida para permitir que os governos locais pudessem decretar falência, realizar fusões e aquisições (GANG, 2012, p.1-5).

Ainda na década de 90, o governo chinês selecionou 120 empresas de setores considerados estratégicos para transformá-los em campeões nacionais. As empresas escolhidas foram aquelas que já eram líderes em seus respectivos setores e conseguiram se modernizar ao longo das reformas. De um lado, foi praticada uma política protecionista para através da majoração das taxas sobre produtos importados concorrentes; de outro lado, concentrou o volume de empréstimos concedidos pelos quatro grandes bancos estatais⁸, deixando as empresas menos competitivas falirem ou serem absorvidas por outras (NOLAN, 2001, p. 18-19)

O processo de reformas continuou com a promoção da concorrência entre as SOEs e sua reestruturação, mas somente em 2002, um ano após o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), o 16º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês formalmente adotou a política de internacionalização das suas empresas conhecida como *going out policy*, considerada uma decorrência da abertura comercial e reformas iniciadas na década de 80⁹.

⁸ Bank of China, Industrial and Commercial Bank of China, Agricultura Bank of China e China Construction Bank.

⁹ "Implementation of the strategy of "going out" is an important measure taken in the new stage of opening up. We should encourage and help relatively competitive enterprises with various forms of ownership to invest abroad in order to increase export of goods and labor services and bring about a number of strong multinational enterprises and brand names" 16º Congresso do Partido Comunista Chinês. Disponível em <http://english.china.org.cn/english/features/49007.htm>

O ponto alto desse processo de reforma é criação da SASAC em 2003 quando as maiores empresas e aquelas consideradas estratégicas foram reunidas sob o controle direto do Estado chinês¹⁰. Ao mesmo tempo em que foi promovida a “transição para o mercado” e separação entre controle e propriedade, grandes corporações foram criadas vinculadas diretamente à política de Estado. Dessa forma estimulou-se a monopolização da economia chinesa mediante a permissão para o mercado pudesse agir e eliminar as empresas menos eficientes enquanto Estado preservou um núcleo de setores estratégicos. Foram excluídos desse processo os setores estratégicos sob os quais o Estado mantém controle absoluto: militar, energia elétrica, petróleo, telecomunicação, carvão, aviação civil e transporte.

Quando foi criada em 2003, a SASAC tinha sob seu controle exatamente 196 SOEs e atualmente foram reduzidas para 96 grandes grupos. Em 2004, apenas dez anos após a *Company Law*, quinze empresas chinesas estavam entre os 500 mais grupos empresariais do mundo. Em 2018, o número de empresas aumentou listadas aumentou para mais de cem, entre estatais e privadas¹¹.

Todas essas transformações foram promovidas pelo Estado, que continuou determinando os rumos e a velocidade da acumulação de capitais na China. À medida que as empresas se tornavam mais competitivas, o Estado passou a estimular a realização de investimentos externos, muito embora isso já tenha se iniciado de forma muito pontual na década de 80 (ACIOLLY, 2009).

A regulação dos IED chinês é realizada em dois níveis: no primeiro a SASAC administra os ativos públicos, dá prosseguimento às reformas no sentido de aumentar a concentração de capitais e tornar as empresas chinesas mais competitivas. Além disso, com a publicação em 2006 do *Guiding Opinion Concerning the Advanced of Adjustment of State Capital and Restructuring of SOE* o órgão recomenda que o capital de propriedade estatal aplique seus recursos de modo seletivo em setores e indústrias-chave para a economia chinesa. Todos os setores que envolvessem segurança nacional¹², infraestrutura básica e recursos minerais, serviços públicos e novas tecnologias deveriam ser totalmente formados por capitais do Estado.

O outro nível de regulação é feito por um sistema complexo de órgãos e ministérios que avaliam as propostas e decidem pela permissão do investimento. O controle se dá tanto pelo

¹⁰ A SASAC é responsável apenas pelas empresas industriais e comerciais. O setor bancário e financeiro estatal é controlado por outra agência específica, a Central Huijin.

¹¹ Disponível em <https://fortune.com/global500/2018/search/?hqcountry=China>.

¹² Energia elétrica, petróleo, químicos, armamentos e telecomunicações.

lado da saída de recursos, como pelo tipo de setor e destino do investimento. As etapas da aprovação dos investimentos externos envolvem a aprovação do SAFE, Mofcom e NDRC.

O SAFE é uma agência estatal responsável pelo controle do fluxo de divisas e administração das reservas cambiais chinesas. Em relação ao IEDs, são avaliadas as origens dos recursos para o investimento, se são de capital próprio ou empréstimos internos ou captados fora do país. Após o crivo do SAFE é dada a aprovação do ponto de vista dos recursos cambiais e remetido para o Mofcom, NDRC e Conselho de Estado.

O Mofcom publicou em 2004 o *Guidelines for Investments in Overseas Countries' Industries*, onde lista setores que devem ser encorajados a investir fora do país e 68 destinos prioritários. De um modo geral, os principais destinos sugeridos são países em desenvolvimento com destaque para a Ásia. Os dois setores preferenciais são os de recursos naturais e energéticos e serviços financeiros. Nesse tocante, a observação dos gráficos xxx sugere que essa tendência se confirmou em parte. O NDRC é responsável pela harmonização das decisões do SAFE e Mofcom com as determinações do Conselho de Estado. É responsável pela verificação da aderência dos projetos à política macroeconômica e ao planejamento de longo prazo do governo (OCDE, 2008, p.87-89)

2.4 Uma nota sobre a ascensão internacional da China

O crescimento econômico chinês é espantoso não apenas pelas suas taxas de 10% durante 1978 e 1998. Nesse período ocorreram inúmeras transformações estruturais na economia mundial que alteram a divisão internacional do trabalho e as relações de poder entre as nações que pavimentaram as condições para o êxito do chinês.

Segundo Medeiros (1997) as explicações para o caso Chinês (e asiático) são de duas espécies: uma econômica, que vai atribuir o êxito aos determinantes internos de cada ou à adoção de políticas de abertura econômica irrestrita. No primeiro caso estão as abordagens institucionalistas, que argumentam que o desempenho dos países asiáticos é o resultado de políticas de intervenção estatal das mais diversas, onde o fator econômico estaria subordinado as escolhas políticas de cada país. A outra explicação é a de que a abertura econômica irrestrita e a adoção de políticas liberalizantes criaram um ambiente atrativo aos investimentos

internacionais que resultou no crescimento da região¹³. Segundo o autor, tais explicações são restritivas, pois ignoram o processo de mudanças nas relações de poder que vinham ocorrendo no âmbito da Guerra Fria.

O contexto internacional nos anos 60 e 70 foi marcado pela relativa perda da hegemonia estadunidense no campo capitalista em virtude do crescimento econômico do Japão, que no final da Segunda Guerra se tornou um aliado estratégico importante na Ásia. Entre a reconstrução do país e os anos 70 o PIB japonês cresceu a taxas de 9% ao ano e nos anos 80 era o maior credor líquido do mundo, deslocando a posição até então dos EUA. Além disso, a introdução de novos métodos de gestão empresarial aumentou a competitividade das empresas japonesas no mercado mundial, ampliando os déficits comerciais estadunidenses e a dependência dos capitais externos para equilibrar o balanço de pagamentos (MEDEIROS, 1997, p. 385-386).

A outra ameaça à hegemonia estadunidense era a URSS. A própria reconstrução do mundo pós Segunda Guerra Mundial através do Plano Marshall para a Europa e dos massivos investimentos no Japão foi decerto influenciada pela competição com a URSS, que obrigou os Estados Unidos a fazerem várias concessões aos países do lado capitalista a fim de bloquear uma eventual investida soviética. A consequência foi o impulso ao desenvolvimento do capitalismo nos anos que seguiram o fim da guerra e a ascensão da Alemanha e Japão ao núcleo do sistema. Ao fazer tais “concessões”, os Estados Unidos garantiam sua hegemonia sistêmica através das instituições de Bretton Woods e da centralidade do dólar como moeda internacional, mas cedendo poder aos parceiros estratégicos (FIORI, 1997, 106-107).

A China surge para os Estados Unidos como um elemento estratégico para neutralizar a URSS e evitar a possibilidade de eventual aproximação entre as nações comunistas. Do ponto de vista da China, mesmo havendo hostilidade com o país asiático desde a sua fundação em 1949 que foi agravada pelas tensões em torno do apoio dos EUA a Taiwan, o país estava isolado entre duas superpotências e sofrendo constantes ameaças das tropas soviéticas na sua fronteira. A decisão estratégica naquele momento colocava a URSS como maior ameaça, daí os esforços para o degelo com os EUA que culminaram com a visita do presidente Richard Nixon. Seguiram-se a suspensão do embargo comercial à China, a aberturas de várias linhas de

¹³ O autor chama as correntes de gradualista/incrementalista e ortodoxa, respectivamente. Ver Medeiros (1997, p.93)

financiamento internacional e tratamento dispensado à China pelo GATT de nação mais favorecida em 1980¹⁴ (MEDEIROS, 1999, p. 99-100).

A questão para os EUA era retomar sua hegemonia no campo capitalista e ao mesmo tempo solapar a URSS. Contraditoriamente, a forma de fazer face ao poder soviético foi patrocinar estrategicamente países parceiros que mais adiante vieram a comprometer tal posição hegemônica. Nos casos dos países subdesenvolvidos, houve a multiplicação de empréstimos internacionais a taxas de juros atrativas, o que foi responsável pelo financiamento de diversos projetos nacionais de desenvolvimento. O custo disso em termos financeiros foi o desequilíbrio estrutural das contas correntes dos EUA como fiador do sistema de Bretton Woods, que foi agravado pelos choques do petróleo em 1973 e depois 1979.

Segundo Tavares (1997), a estratégia dos EUA baseou-se na diplomacia do dólar, que se materializou na elevação das taxas de juros dos títulos do governo e no abandono do sistema de taxas de câmbio fixas do sistema monetário de Bretton Woods. O primeiro golpe se abateu sobre os países da América Latina, que nas décadas anteriores haviam tomado grandes volumes de empréstimos em dólar e agora se depararam com a interrupção das fontes de financiamento, levando mais adiante a uma década de severas restrições para a região. No caso dos países asiáticos, cada um ao seu modo, o impacto foi bem diferente daquele vivenciado pelos países latinoamericanos. As relações econômicas dos países dos asiáticos com os EUA eram sensivelmente diferentes em virtude dos mecanismos de atrelamento das economias nacionais ao dólar americano¹⁵ (MEDEIROS, 1999, p. 289-290).

Houve um impulso às exportações asiáticas em geral e aceleração do desenvolvimento da região. Segundo Medeiros (2006) teve início uma mudança estrutural que colocou a Ásia no centro da economia mundial. Porém, havia ainda a necessidade pelos Estados Unidos de conter o avanço japonês. A estratégia veio em 1985 no acordo de Plaza, que fez com que as moedas dos principais países se valorizassem ante o dólar, o que provocou a perda relativa de competitividade do iene japonês e à migração de investimentos para outros países da região.

¹⁴ O tratamento de nação mais favorecida era uma medida dentro do GATT, ainda existente na OMC, que permitia aos beneficiários usufruírem de menores tarifas de importação pelos demais membros não abrangidos pela medida. Na prática funcionava como um estímulo às exportações do país, em geral menos competitivos.

¹⁵ Ao contrário das economias dos países latinoamericanos, as economias asiáticas possuíam moedas conversíveis em relação ao dólar. Isso significa dizer que as moedas podiam ser aceitas internacionalmente para a realização de transações de modo que a dependência em relação ao dólar era relativamente menor. Sobre isso, ver Carneiro (2006).

Nesse período, a economia chinesa ainda iniciava seu processo de reformas, mas já exibía resultados bastante expressivos. Na opinião de Medeiros (1999), a política dos EUA para a China muda e passa a buscar conter o crescimento do país, uma vez que com o final da Guerra Fria a aliança estratégica de isolamento da URSS perdera sentido. O governo dos Estados Unidos buscou isolar a China internacionalmente e desidratar o avanço do país, porém em 1995 a Ásia enfrentou o arrefecimento do seu modelo de desenvolvimento, principalmente com a valorização do iene japonês, cujo efeito agora foi a valorização das demais moedas dos países asiáticos ante o dólar, exceto a China que houvera feito uma grande desvalorização em 1994. Com isso, a posição relativa da China perante os demais países da região do ponto de vista da competitividade das exportações melhorou substancialmente. Depois da crise financeira de 1997 que se abateu sobre a região, a perda relativa aumentou para todos, enquanto a produção chinesa se expandia com um câmbio fixo que durou até 2005.

A consolidação da hegemonia estadunidense depois da Segunda Guerra foi realizada através da construção de uma rede de parceiros estratégicos na Europa e na Ásia visando combater a URSS. O resultado foi o crescimento desses países e uma relação contraditória entre afirmação da hegemonia estadunidense mediante o patrocínio de parceiros estratégicos que poderiam ameaçá-lo mais adiante. Isso foi revertido segundo Tavares (1999) com a diplomacia do dólar através do exercício de poder de senhoriação internacional. Esses movimentos monetários provocaram deslocamentos de fluxos financeiros e produtivos que reafirmaram a hegemonia dos EUA através da sua capacidade de enquadramento do sistema internacional, entretanto novos pólos de poder econômico e político emergiram na Ásia. A China surge nos anos 70 como um instrumento de combate ao comunismo soviético, mas pelas suas peculiaridades adota uma estratégia própria de desenvolvimento se beneficiando da aproximação com a economia estadunidense.

3 QUADRO TEÓRICO: IMPERIALISMO E PODER

3.1 Introdução

Há dois grandes desafios às ciências sociais atualmente que envolvem a China: um entender a sua formação social, cuja história não se resume à grande Revolução Socialista sob a liderança de Mao e continuadas com as reformas modernizantes de Deng Xiaoping. Pelo contrário, a China é um grande desconhecido para o Ocidente. Surgiu muito antes desse e seu

desenvolvimento sempre fora ignorado. As leituras tradicionais costumam empregar conceitos e fazer paralelos acerca da China cabíveis à compreensão das sociedades ocidentais, mas não ao “outro”.

Um segundo desafio é o fenômeno da ascensão chinesa ainda em curso e cujos fundamentos também são objeto de largo debate. Há toda uma sorte de narrativas que vai realçar idéias desde a “restauração do capitalismo”, sintetizado no binômio reforma e abertura, a ameaça chinesa até uma narrativa própria emanada de pensadores do país asiático.

O presente trabalho se desenvolveu nesse ambiente nebuloso e reconhecendo as limitações de utilizar o conceito de imperialismo marxista, visto que é uma construção essencialmente ocidental, buscou explorar as potencialidades do conceito criado no século XIX através das suas atualizações a fim de se apropriar melhor do caso chinês para compreender um pouco da ascensão chinesa sobre o Brasil a partir da análise dos investimentos externos diretos.

Um dado incontornável é que a ascensão chinesa, embora apresente particularidades históricas e singularidade na formação social, se dá dentro do modo de produção capitalista e isso tem desdobramentos importantes. O primeiro é que a China, mesmo se afirmando socialista, não pode prescindir de desenvolver as forças produtivas mediante a acumulação de capital. As determinações objetivas da concorrência capitalista impõem às nações um comportamento ajustado ao sistema. O outro é que a pressão concorrencial leva necessariamente à tendência concentração e centralização de capitais, e à formação de monopólios nacionais e internacionais, inclusive na China. O corolário desse movimento é a exportação de capitais, juntamente com a de mercadorias e a fusão entre capitais industriais/comerciais com o bancário, o que potencializa a tendência ao monopólio.

O imperialismo marxista é um conceito dinâmico que vai guardar relação com o desenvolvimento do capitalismo e política internacional. Na primeira fase, aqui chamada de clássica, o contexto em que as obras são escritas é intensa concorrência entre nações capitalistas desenvolvidas e aquelas que buscavam acelerar o desenvolvimento. O resultado desse panorama de disputas territoriais é a Primeira Guerra Mundial, apontado pelos autores como algo inexorável no capitalismo. A segunda etapa corresponde ao período após Segunda Guerra Mundial onde predomina a hegemonia econômica e política dos Estados Unidos, os processos de independência das antigas colônias africanas e um intenso clima de conflito deflagrado pela Guerra Fria. O mundo estava dividido entre as zonas de influência estadunidense e soviética, e nesse ambiente o imperialismo vai se reorganizar tanto na esfera da produção capitalista como

na política. O fim dessa fase corresponde exatamente com o a dissolução da URSS e início de uma nova fase de hegemonia plena dos EUA, que se estende até os dias atuais e onde será desenvolvido o presente estudo.

Marx não desenvolveu uma teoria sobre o imperialismo muito menos teorizou sobre conflitos entre Estados nacionais. O cerne da sua obra é a análise do modo de produção capitalista em sua essência e dinâmica de reprodução. Além disso, Marx analisa o capitalismo da segunda revolução industrial sob a hegemonia inglesa quando as forças produtivas não estavam amadurecidas e muitas de suas conclusões eram apenas tendências. Ainda assim é possível encontrar em vários escritos de Marx evidências daquilo que viria a ser concebido mais tarde como imperialismo.

No Manifesto Comunista Marx fala que o capitalismo tende a universalizar-se suplantando modos de produção pretéritos e revolucionando por completo as estruturas produtivas nacionais. Se havia isolamento entre as nações, isso se rompeu com o intercâmbio promovido pela descoberta da América e das grandes navegações, que na fase industrial do capitalismo converteu-se em um mercado mundial interdependente.

Esse processo, chamado por Marx posteriormente de acumulação primitiva do capital, consistiu na extração de excedentes na forma de metais preciosos e gêneros diversos pelos monopólios das Companhias de Comércio, está na base de formação do capitalismo industrial. O afluxo de gêneros diversos explorados por monopólios nacionais somou-se à expropriação de terras na Inglaterra e produziram condições de concentração de meios de produção nas mãos da classe burguesa emergente. Em paralelo formou-se uma massa de despossuídos dos mecanismos de reprodução social, exceto através da venda da força de trabalho. Isso significa que a colonização foi fundamental na criação e consolidação das condições sociais dos Estados nacionais e burguesias europeias.

Outro grupo de evidências reside nas conclusões ao longo da obra O Capital. Para o autor, o capitalismo é um modo de produção que tende à expansão e universalização. Isso fica bem demonstrado nos capítulos sobre a Reprodução Simples e a Transformação da mais-valia em Capital (XXI e XXII, Livro I). No primeiro é analisada a chamada reprodução simples, onde os produtores independentes trocam suas mercadorias no mercado por dinheiro para posteriormente adquirirem outras mercadorias úteis. Aqui opera a troca de valores de uso (mercadorias) por diferentes produtores que utilizam o dinheiro apenas como meio facilitador de trocas. A fórmula resumida desse circuito é M-D-M'.

Os produtores nessa situação buscam satisfazer suas necessidades por valores de uso e meios de produção (para reposição). Só há impulso em produzir mais mercadorias quando houver uma necessidade a ser satisfeita; fora isso não é razoável produzir mais para trocar por mercadores que não serão mais úteis. De igual maneira pode se concluir que a aquisição dos meios de produção não será realizada como o mote unicamente de expansão, salvo se houver necessidade de novas mercadorias.

A função do dinheiro nesse circuito é a intermediar a troca de mercadorias. Na troca M-D o produtor recebe o valor em dinheiro por sua mercadoria e tão logo, D-M', adquirirá outra mercadoria de igual valor. A posse do dinheiro é transitória uma vez que esta é apenas uma etapa do circuito cujo fim é permuta entre produtores por mercadorias.

Já a reprodução ampliada equivale a uma sociedade capitalista típica. O circuito de reprodução social segue a notação D-M-D'. Os pólos aqui se invertem: o fim deixa de ser a produção/aquisição de valores de uso para a produção de valores de troca. A primeira parte da notação diz que uma soma de dinheiro é adiantada para aquisição de meios de produção e força de trabalho. No processo produtivo é gerado um valor de troca superior ao D, que na segunda parte será realizado sob condições de mercado.

A notação da reprodução ampliada representa a célula do processo de acumulação de capital, que não se encerra em D'. O fim de um ciclo é o início do subsequente onde um volume maior de meios de produção e de força de trabalho é mobilizado para produzir mais valores de troca. A reprodução ampliada é a rigor a representação do processo de acumulação capitalista.

A lógica do capitalista individual é produzir valores de troca em volumes cada vez maiores. Do ponto de vista coletivo isso se converte numa intensa concorrência entre capitais para se apropriar da maior parte possível da riqueza social. A intensa concorrência intercapitalista impulsiona a constante revolução das forças produtivas através da substituição de capital variável por capital (v) constante (c), visando aumentar a produtividade da força de trabalho e reduzir o valor das mercadorias. É possível deduzir duas tendências contrárias: uma para redução do uso da quantidade de força de trabalho, associado ao aumento da intensidade da sua exploração e; um aumento de produtividade de mercadorias a cada ciclo de acumulação através da introdução de meios de produção poupadores de trabalho.

A consequência lógica da produção capitalista é reproduzir-se de modo ampliado, ou seja, acumular meios de produção através da retransformação da mais-valia em capital. Assim, os capitais individuais crescem, expandem a escala de produção e ampliar a produção de

mercadorias. Esse mecanismo é chamado de concentração de capitais. Além disso, a expansão dos capitais individuais é um resultado da concorrência entre capitais. O mecanismo elementar dessa concorrência é a redução do valor das mercadorias, que ao fim leva a absorção dos capitais menores e mais débeis pelos maiores ou ainda à fusão. Aqui opera o mecanismo de centralização dos capitais.

Para Marx a concentração é lógica intrínseca da reprodução ampliada (D-M-D') e até pressuposto da produção capitalista. É preciso existir uma concentração prévia de meios de produção, ou seja, separação entre capital e trabalho, para que o processo de produção capitalista inicie. De igual modo, a produção capitalista individual precisa a cada ciclo D-M-D' expandir sob pena de sucumbir diante de capitais mais competitivos. Isso implica em aumentar a escala de produção, centralizar mais e mais os meios de produção absorvendo capitais bancários na forma de crédito.

A centralização de capitais, ao contrário da concentração, representa uma etapa avançada do desenvolvimento histórico da produção capitalista onde predomina a grande indústria. O volume de meios de produção requeridos para ativar os negócios é bem maior, por isso, à tendência de centralização dos capitais via concorrência vai diminuir relativamente a quantidade de capitais de pequeno e médio e impulsionar o surgimento de unidades cada vez maiores.

Nessa etapa a figura do crédito vai assumir uma função diferente de outrora, quando atuava como mecanismo complementar à acumulação. Na etapa da grande indústria e aprofundamento da centralização de capitais as exigências da produção em grande escala e da constante revolução na composição técnica do capital vão transformar o sistema de crédito em uma força imprescindível para a acumulação de capitais.

A concentração e centralização de capitais são complementares. A primeira é um pressuposto lógico e histórico para a segunda, cujos mecanismos sociais de impulsionamento, concorrência e crédito, projetam a produção capitalista numa escala de operações inédita em volume e dispersão dos estabelecimentos. Marx vai apontar que tal processo ocorre mediante a anexação de capitais, fusões entre capitais existentes ou em vias de surgir através da criação de sociedades de ações, que mais adiante darão origem aos trusts.

3.2 Imperialismo Marxista Clássico

As análises clássicas do imperialismo têm em comum a tentativa de explicar as mudanças da produção capitalista ocorridas a partir final do século XIX e as origens da sua expansão para regiões atrasadas do mundo. Está presente em todas elas, ao contrário das análises do próprio Marx, que a disputa intercapitalista está ligada à ascensão de Estados nacionais em concorrência direta com a Inglaterra por mercados e fontes de recursos naturais e mercados.

Os fenômenos da centralização concentração de capitais vão assumir uma posição central nessas abordagens, sendo em verdade o ponto de partida delas, das quais serão desdobradas as principais conclusões. O novo papel do setor bancário como catalisador da centralização vai se somar com as próprias transformações sofridas que darão origem ao capital financeiro, produto da fusão com o capital industrial, subordinando-o.

A figura do Estado ganha uma dimensão nesses estudos aparentemente subordinada à dinâmica de produção capitalista. Ainda assim, a disputa colonial moderna exhibe um panorama onde o conflito geopolítico pelo controle de espaços acendeu o conflito militar que culminou com a Primeira Guerra Mundial.

O militarismo é um tema presente em todas as obras desse período. Na fase do capitalismo financeiro, onde as rivalidades entre os monopólios nacionais se tornam mais agudas, a força militar se torna um elemento central da conquista de colônias. Na verdade, não é possível conceber o imperialismo se o militarismo porque a rivalidade econômica entre nações imperialistas se traduz numa política armamentista de defesa do território econômico e a premente necessidade de expandi-lo.

Um ponto relevante é que tais análises não são unicamente empreendimentos teóricos. São obras escritas militantes políticos que buscavam responder às questões imediatas do movimento operário à época e, principalmente, antever o resultado da rivalidade interimperialista entre as nações europeias. Isso era importante para posicionar o movimento revolucionário ante as burguesias nacionais e envidar esforços pela revolução socialista. Tais características demonstram a historicidade das análises, que estão vinculadas ao contexto do início do século XX, mas também, passados mais de cem anos, preservam seu potencial explicativo e influenciador nos debates posteriores.

Cronologicamente os livros e autores clássicos da análise marxista do imperialismo são: *O Capital Financeiro*, Rudolf Hilferding (1910), *A Acumulação de Capital*, de Rosa Luxemburgo (1913), *A Economia Mundial e o Imperialismo*, de Nikolai Bukharin (1915) e por

último o *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*, de Lênin (1917). Nessa ordem é possível afirmar que o texto de Lênin é uma síntese dos anteriores, que de fato ocorre, pois o autor vai absorver conceitos desenvolvidos por Hilferding e Bukharin. No caso do livro de Rosa Luxemburgo, este vai desenvolver uma abordagem relativamente independente, sem dialogar diretamente com os demais.

3.2.1 Rudolf Hilferding

O conceito mais importante elaborado por Hilferding certamente é o de capital financeiro. Este é resultante do desenvolvimento e transformação das forças produtivas, provocada pela ampliação da concentração e centralização de capitais que marcou as últimas décadas do século XIX. Desse processo surgiram os grandes monopólios e conglomerados formados pela fusão do capital industrial com o bancário¹⁶.

Do ponto de vista da História da produção capitalista isso representará o fim da livre concorrência e início da etapa monopolista do capitalismo. Nessa fase, os mercados se tornaram cada vez mais concentrados e a concorrência se torna internacional. Por isso, o capital monopolista vai estreitar os laços com o poder estatal para assegurar sua expansão.

A realidade da Europa no final do século XIX é crescimento dos capitalismo nacionais em níveis de desenvolvimento das forças produtivas desiguais. O motivo é diverso, mas há uma relação próxima com o surgimento tardio de alguns Estados nacionais e o protagonismo inglês na produção capitalista. Por isso, há uma forte pressão da produção industrial inglesa, dominante internacionalmente, que cria obstáculos para o avanço das nações menos desenvolvidas. Isso desencadeará protecionismos diversos entre os países visando proteger seus respectivos capitais nacionais.

Segundo Hilferding (1985), o desenvolvimento de um país relaciona-se com o espaço econômico abarcado pela produção dos capitalistas nacionais. Quanto maior for o espaço econômico e a população, maior será a escala de produção das indústrias nacionais e maiores serão as oportunidades para os negócios. Isso favorece a concentração e centralização de

¹⁶ Há um debate na literatura marxista que de um lado se afirma que o capital bancário subordina o capital industrial, e de outro se fundem para se tornar uma nova forma de capital, o capital financeiro.

capitais que redundará no nível de desenvolvimento da produção capitalista. Ao fim, quanto mais extenso o território econômico, mais desenvolvido será o capital financeiro num dado país.

Em sentido contrário, países com território econômico pequeno tendem a desenvolver-se mais lentamente e retardar a formação do capital financeiro internamente. A extensão do espaço econômico não é limitada pelas fronteiras territoriais, pelo contrário, podem ser expandidas através da exportação de mercadorias, pela exportação de capitais e pela política colonial.

A política do protecionismo engendra importantes mudanças dentro dos países e na relação com os outros. Primeiro, garante o território econômico para os capitais nacionais e impulsiona a cartelização interna, de modo que atua como um instrumento de proteção de mercado e impulso ao desenvolvimento das forças produtivas internas. Por outro lado, limita o território econômico dos capitais nacionais às fronteiras do país. Surge uma contradição: o capital se expande, amadurece e transforma-se em capital financeiro nacional¹⁷, porém esbarra no protecionismo dos demais países. A solução aparece na atuação do Estado através de uma política comercial de “prêmios à exportação”¹⁸ para tornar as mercadorias produzidas internamente competitivas e ampliar o espaço econômico nacional do capital financeiro. Entretanto, ocorre uma reação em cadeia e todos os países replicam a mesma política, ou seja, promovem suas exportações e elevam as barreiras comerciais para contrarrestar a política comercial das demais. (HILFERDING, op.cit., p. 295)

A frustração da política comercial, na visão de Hilferding, abre espaço para a exportação de capitais, seja na forma de capital gerador de lucros ou de juros. De uma forma ou de outra, a exportação de capitais consiste da produção de mais-valia no exterior (HILFERDING, op.cit., p.296).

O efeito da exportação de capitais sobre o novo espaço econômico é diverso, afirma Hilferding. Se de um lado promove o desenvolvimento capitalista e amplia o consumo interno dessas regiões, modernizando a estrutura produtiva de transportes; por outro lado a continuidade da própria exportação depende da manutenção do nível de lucratividade das regiões colonizadas, que vai depender basicamente da dotação de recursos naturais desta. Cessando, tais recursos, o capital exportado migrará para outras regiões e assim prosseguirá.

¹⁷ Pode nem chegar a essa etapa.

¹⁸ Subsídios

A política do capital financeiro é expandir seu espaço econômico de acumulação através da exportação de mercadorias e capitais e levantar barreiras protecionistas contra a concorrência. Para isso, necessita incorporar regiões que são disputadas entre os capitalistas de vários países. O Estado vai assumir a função de promotor da dilatação do espaço econômico nacional através do colonialismo e da violência sistemática para extrair a mais-valia. O poder do Estado é decisivo para a conquista colonial e a anexação de novos territórios econômicos. Quanto mais forte for mais expandirá o espaço econômico e o capital financeiro nacional. Essa força depende do grau de desenvolvimento das forças produtivas expressas no grau de desenvolvimento do capital financeiro nacional. Ambos se determinam mutuamente, Estado e capital financeiro, em Hilferding. Melhor, o capital financeiro depende do poder do Estado em forjar políticas e utilizar-se da violência para assegurar seu movimento de acumulação em escala cada vez maior. Essa política e essas transformações do capitalismo caracterizam o imperialismo para Hilferding.

3.2.2 Rosa Luxemburgo

A preocupação central da obra de Rosa Luxemburgo é compreender como a mais-valia produzida realiza-se, ou seja, para quem as mercadorias são vendidas e convertidas em dinheiro. Tomando a notação $D-M-D'$, o foco da análise da autora concentra-se na conversão de M em D' , algo que, segundo sua interpretação, não é explicado pela obra de Marx (LUXEMBURGO, 1985, P.227).

O esquema de reprodução da economia capitalista envolve dois departamentos, um produtor de meios de produção ($D1$) e outro produtor de bens consumo ($D2$). O primeiro vende para os capitalistas do próprio departamento e para os capitalistas do $D2$. Este vende suas mercadorias para os trabalhadores e para o consumo dos capitalistas. Na reprodução ampliada, a cada ciclo $D-M-D'$, grosso modo, uma parcela cada vez maior da mais-valia (D') de ambos os departamentos é acumulada. Contudo, o desenvolvimento das forças produtivas tende a aumentar a produtividade através do crescimento da parcela do capital fixo sobre o capital variável. Por causa disso, a parcela da mais-valia acumulada no $D1$ tende a aumentar em relação a $D2$, enquanto essa caminha em sentido contrário, pois o valor relativo do capital variável diminui e o consumo dos capitalistas permanece estável. No limite atinge-se uma situação onde o os capitalistas do $D2$ não têm mais estímulo para reaplicar a mais-valia, pois não há para

quem vender o excesso de produção. A demanda por meios de produção de D2 também diminui, ao passo que em D1 a parcela acumulada aumenta (LUXEMBURGO, op.cit., p. 230)

O problema apontado pela autora aparece quando a conversão da mercadoria em dinheiro no esquema de acumulação D-M-D' não é explicada por Marx em *O Capital*. A produção capitalista de mercadorias aumenta a cada ciclo e os trabalhadores e capitalistas simplesmente absorvem tudo, fechando o ciclo¹⁹. É uma lacuna que Rosa preencherá afirmando que o capitalismo precisa de mercados externos não capitalistas²⁰ para existir, nos quais a mais-valia é realizada. (LUXEMBURGO, op.cit., p.253)

A incorporação de novos espaços de acumulação não capitalistas ocorre para realizar a mais-valia produzida e não consumida pelos trabalhadores e capitalistas. Há um excesso de produção ou subconsumo nas regiões capitalistas decorrente da própria dinâmica da produção que só pode ser satisfeita em mercados externos. Essas regiões operam como escoadouro de mercadorias, fontes de matérias-primas e força de trabalho que combinadas ampliam o circuito do capital originário.

A lógica de acumulação D-M-D' tem em si uma dinâmica espacial que impulsiona, no plano objetivo, capitalistas e Estados nacionais na direção de regiões que estejam fora dos centros de produção. Há então uma dimensão política e uma econômica imbricadas, cuja consequência é o acirramento das disputas entre nações por zonas de influências, além da adoção de uma política colonial apoiada em intensos gastos militares para garantir o êxito a manutenção dos espaços de acumulação.

A produção capitalista só pode existir se houver uma região não-capitalista para ser incorporada constantemente. A mais-valia produzida só se realiza se houver mercados fora do centro capitalista para absorvê-la. Não se trata de uma deliberação do capitalista, mas uma imposição dos imperativos da própria acumulação. Essa articulação é essencial, pois a mais-valia para se realizar no plano lógico D-M-D' precisa concretizar-se dentro de uma lógica material, que é determinada pela dimensão geográfica da acumulação de capital. O imperialismo é a política de dominação colonial, o militarismo associado e toda violência empregada na competição entre Estados nacionais para a incorporação de áreas não capitalistas

¹⁹ Rosa Luxemburgo considera distintivo do capitalismo em relação aos modos de produção anteriores a existência de crises de produção e assimetrias entre ramos industriais, porém tais fenômenos não respondem ao problema de reprodução do capital, que é seu objeto de estudo.

²⁰ Por não capitalistas Rosa entende todas aquelas regiões que estão fora do centro capitalista e configurem formações sociais distintas.

à esfera da produção de capital. Ou seja, o imperialismo em Rosa Luxemburgo tem uma natureza essencialmente política, que está atrelada às determinações de expansão capitalista.

3.2.3 Nikolai Bukharin

De igual maneira que Hilferding, o imperialismo é para Bukharin a política do capital financeiro dentro de uma fase do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas onde indústria e finanças entrelaçam-se organicamente. Contudo, N. Bukharin situa o imperialismo num quadro de análise distinto onde a formação de uma economia mundial contrasta com a dimensão nacional da produção capitalista.

Por economia mundial o autor define como um sistema formado por unidades que estabelecem entre si relações de produção e troca. (BUKHARIN, 1985, p. 24). A posição de cada unidade (Estado) vai depender das condições naturais e sociais existente internamente a cada uma. As condições naturais são as dotações de recursos naturais e matérias-primas, que são um dado da natureza e não produto do trabalho. As condições sociais consistem no estágio de desenvolvimento das forças produtivas internas a cada país. Ao contrário das condições naturais que não podem ser alteradas, apenas usufruídas, as condições sociais têm um caráter dinâmico e se manifestam em níveis diferentes entre as nações. As diferentes velocidades e estágios das forças produtivas determinam a posição dos Estados na economia mundial.

A formação da economia mundial através do intercâmbio de mercadorias, capitais e força de trabalho faz surgir uma tendência à nacionalização das forças produtivas (BUKHARIN, op.cit. p. 54, 71). Segundo o autor, são fenômenos paralelos e complementares que surgem no curso do desenvolvimento capitalista decorrentes do processo de monopolização financeira onde interesses capitalistas ganham um expressam nacional. Surgem barreiras territoriais e econômicas entre os Estados cada vez mais refratários aos outros e comprometidos em impulsionar a cartelização interna e a exportação de mercadorias e capitais (BUKHARIN, op.cit. p. 67-72).

A internacionalização e a nacionalização dos interesses capitalistas são fenômenos correlatos que se determinam mutuamente. No plano interno, os capitais se vinculam ao Estado e aos espaços econômicos nacionais formando um todo homogêneo semelhante a uma grande

empresa. As barreiras protecionistas favorecem a concentração de centralização de capital e surgimento do capital financeiro.

A política imperialista resulta dessa contradição entre o Estado nacional e o desenvolvimento das forças produtivas. Enquanto o primeiro está limitado pelas fronteiras nacionais, o desenvolvimento do capitalista ultrapassa os limites territoriais. Esse conflito é consequência do acirramento da concorrência entre os Estados capitalistas por mercados para escoamento das mercadorias, fontes de matérias-primas e novas oportunidades de investimento de capital. (BUKHARIN, op.cit. p. 95). E da combinação da política protecionista, que protege a economia nacional da concorrência estrangeira, e do expansionismo do território econômico, que alarga os mercados para investimento, exportações e novas fontes de matérias-primas, que consiste o imperialismo.

2.2.4 Lênin

Se para Hilferding e Bukharin o imperialismo é a política do capital financeiro, para Lênin vai consistir no próprio capitalismo, agora numa etapa superior onde a livre concorrência foi substituída pelos monopólios em consequência dos processos de centralização e concentração de capitais. A análise de Lênin vai frisar esse caráter histórico do imperialismo, que teve seu início nas transformações ocorridas na produção capitalista nos final do século XIX até atingir a forma financeira. (LÊNIN, 2007, p. 42- 44)

Outra característica distintiva da fase imperialista em relação à fase concorrencial é a exportação de capitais. Isso é decorrente do grau de monopolização que vai concentrar a produção em poucos grupos financeiros nacionais. O desenvolvimento dos países de capitalismo avançado vai levar ao amadurecimento das economias nacionais e à saturação dos mercados internos. A consequência é um excedente de capitais ociosos, sem oportunidades de investimento, que vai buscar lucros no exterior. (LÊNIN, op. cit., p.94)

Nessa etapa do capitalismo, as relações entre Estados e monopólios se estreitam num movimento de partilha do mundo. De um lado essa partilha exprime o movimento capital financeiro em busca de aumentar o território econômico; por outro é a busca constante das grandes potências por novos domínios através da colonização e da subordinação de Estados

com independência política, mas economicamente menos desenvolvidos (LÊNIN, op. cit., p. 115-119)

Segundo o autor, uma característica do período do capitalismo financeiro é a partilha completa do mundo entre nações imperialistas e monopólios. Isso significa que não sobraram mais regiões do planeta que não estejam sob o controle do capital, porém não se trata de algo estanque, pois a rivalidade tende a se agravar na ausência de espaços novos, o que leva necessariamente a um processo de redivisão constante do território econômico entre as potências imperialistas. (LÊNIN, op. cit., p. 109-110)

A exploração colonial segue acompanhada, segundo Lênin, da exploração econômica também dos “Estados pequenos”, que são aqueles que alcançaram a independência política, mas estão subjugados ao capital financeiro e também são objeto da partilha entre as potências imperialistas.

Lênin dedica um capítulo da sua obra à análise das visões apologéticas do imperialismo. São analisados socialdemocratas, reformistas e toda a sorte de acadêmicos defensores da política imperialista, atuando sempre como uma cortina de fumaça para ocultar a violência, exploração e os reais processos subjacentes. Chama atenção a análise de Karl Kautsky sobre o imperialismo²¹. Assim como Lênin, considerava que o desenvolvimento das forças produtivas havia levado a produção capitalista à monopolização e ao surgimento do capital financeiro. A consequência é a política imperialista²², colonialismo e militarismo, também levando à repartição do mundo entre as potências imperialistas e trustes internacionais. Porém, agora discordando de Lênin, para Kautsky o próprio desenvolvimento dos monopólios mundiais, o acirramento da concorrência entre as nações europeias e o conflito latente levariam a uma espécie de acordo interimperialista que poria fim às guerras e substituiria a política imperialista. Tal etapa, chamada por Kautsky de Ultraimperialismo, pressupõem uma nova política internacional caracterizada pela partilha do mundo pacífica e estável com base em alianças sólidas e a um reordenamento das relações entre os Estados capitalistas.

Contra essa visão, Lênin vai argumentar que Kautsky, assim como todos os defensores do imperialismo, querem deslocar a atenção das condições objetivas que assolavam o mundo

²¹ Ultraimperialismo. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/09/11-1.htm> O texto foi escrito em 1914, semanas antes do início da Primeira Guerra Mundial. O autor se debruça sobre uma virtual possibilidade de paz que poderia surgir a partir das próprias contradições do imperialismo.

²² Aqui há uma primeira diferença entre ambos. Lênin descreve o imperialismo com uma etapa do desenvolvimento das forças produtivas; para Kautsky, trata-se de uma política, a política imperialista.

às vésperas do conflito iminente, para uma falsa utopia de superação e paz que são inconciliáveis com o capitalismo. (LÊNIN, op. cit., 160) À idéia de alianças interimperialistas estáveis em substituição ao conflito inerente ao próprio desenvolvimento monopolista do capitalismo, Lênin vai contrapor afirmando que a trégua entre nações é, em verdade, uma breve interrupção das guerras e, ademais, os acordos de paz são em verdade produto das guerras. Ou seja, para Lênin guerra e paz não são categorias antagônicas, mas estão ontologicamente relacionadas de modo que se determinam mutuamente, não existindo uma secessão entre ambas como se fosse uma evolução natural. (LÊNIN, op. cit., 161)

Portanto, na concepção de Lênin o desenvolvimento do capitalismo partiu de uma fase concorrencial e atingiu uma etapa superior, o imperialismo. A centralização de capitais, o surgimento do capital financeiro, a exportação de capitais e partilha do mundo são características desse momento histórico do capitalismo. De igual o maneira, a disputa entre associações de capitalistas por territórios tem o Estado como aliado e patrocinador da política do capital financeiro.

3.3 Imperialismo durante a Guerra Fria

Com o final da Segunda Guerra Mundial ocorrem grandes mudanças na configuração política e econômica da dinâmica capitalista. Uma das mais salientes certamente foi a substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos na posição de principal potência balizadora do sistema capitalista. No mundo colonial, o sistema de nações fica mais complexo com a intensificação dos movimentos de independência nacional, resultado do fim do período imperialista iniciado nos fins do século XIX²³. Surgem diversos Estados nacionais novos e outros se libertam da dominação colonial, muito embora os laços de dependência econômica não se rompam, pelo contrário, são reafirmados sob novas configurações e arranjos institucionais (BARRAT BROWN, 1978, 41)

Essas mudanças tiveram implicações práticas para o conceito de imperialismo. As análises marxistas correntes se vinculavam às conclusões de Lênin sobre o imperialismo como uma etapa do capitalismo e ao conceito de capital financeiro de Hilferding, que são frutos de

²³ O marco temporal aqui utilizado para definir o início do Imperialismo americano tem como referência Callinicos (1991), muito embora no ponto de vista da periodização adotada por Hobsbawm (1989) a chamada era dos impérios tenha encerrado em 1914.

reflexões acerca de um sistema político internacional onde a Inglaterra ainda gozava da posição de primazia embora rivalizasse com outras em ascensão. A situação nova após a Segunda Guerra é crescente e incontestável hegemonia estadunidense no campo capitalista (SWEETZY e BARAN, 1978, 15)

Do ponto de vista analítico, é introduzida uma nova agenda de temas com mudanças inclusive no léxico. Enquanto Lênin e Hilferding desdobraram suas reflexões diretamente da obra de Marx e, por isso, buscaram explicar o surgimento do capital financeiro e a criação dos grandes monopólios a partir dos conceitos de concentração e centralização de capitais, Sweezy e Baran (op. Cit.) vão refletir sobre o funcionamento de um capitalismo monopolista já estabelecida²⁴. Em sintonia com estes, Magdoff (1978, 1969) vai refletir sobre as características distintivas do imperialismo sem colônias, fase moderna capitalismo monopolista sob a hegemonia estadunidense, e o novo imperialismo, aqui chamado de imperialismo clássico.

As análises dos autores são convergentes em vários pontos, dentre as quais vale ressaltar a centralidade dos Estados Unidos na compreensão do momento histórico do imperialismo. Isso é importante por que vai representar uma inflexão em relação aos autores clássicos e também o distanciamento da obra de Marx em favor da observação da realidade material que envolve as mudanças no capitalismo após a Segunda Guerra Mundial.

3.3.1 Paul Baran

A obra de Marx foi construída a partir da análise do capitalismo inglês, que era a economia capitalista mais avançada no século XIX. No século XX os Estados Unidos se tornaram a principal potência econômica, política e militar. Portanto, para compreender o capitalismo moderno é preciso se debruçar sobre o funcionamento da dinâmica da acumulação a partir da economia estadunidense. Essa é proposição colocada por Sweezy e Baran (1978).

Os autores não se ocuparam em desenvolver um conceito próprio de imperialismo, algo que é secundário em suas obras individuais.²⁵ Antes de tudo há um esforço de identificar as

²⁴ O eixo dos estudos dos autores é nova dinâmica do capitalismo a partir do conceito de excedente econômico que, ao contrário da mais-valia, representa a diferença entre a produção efetiva e o que consumido pelo processo produtivo global. Para os autores, as formas de utilização do excedente mudaram em decorrência da complexidade da estrutura da grande empresa multinacional, que levará a mudanças substanciais na dinâmica e nas tendências do capitalismo. Maiores detalhes em Baran (1986), cap. 2 e 3 e Baran e Sweezy (1978), cap. 3.

²⁵ Teoria do Desenvolvimento Capitalista, de P. Sweezy e A Economia Política do Desenvolvimento, de P. Baran. No primeiro livro há um capítulo sobre o imperialismo, mas limita-se a fazer uma reflexão sobre a definição de Lênin enquanto no segundo o imperialismo não é abordado diretamente.

transformações do sistema capitalista e atualizar a teoria marxiana. Somente no livro *Capitalismo Monopolista* o tema é abordado de maneira articulada com a análise do caso comportamento dos Estados Unidos. O imperialismo será associado ao militarismo, que não é uma novidade na reflexão sobre o tema, porém irão apontar outros motivos para explicar o crescimento dos gastos militares estadunidenses.

O principal desencadeador do gasto militar estadunidense é rivalidade direta com a URSS. O surgimento do Estado soviético vai inaugurar uma época de polarização geopolítica com os EUA que entre vai redefinir a “divisão do mundo”, não mais entre diversas potências capitalistas, mas entre a esfera capitalista e socialista de influência. (p185). O avanço do socialismo representava uma redução do espaço capitalista, portanto, havia a necessidade conter o avanço soviético através de expedientes militares e econômicos²⁶. Assim, o principal objetivo do crescimento dos gastos militares após a Segunda Guerra não foi a virtual ameaça de ataque do Estado soviético, mas sim a necessidade de limitar o avanço do campo socialista.

Houve mudanças no perfil dos investimentos das empresas multinacionais estadunidenses. Se outrora a exportação de capitais representava uma fração pouco significativa no balanço das empresas multinacionais, a partir da metade dos anos 1960 a situação se inverteu de modo que a expansão das atividades não mais dependia de remessas da sede e era financiada pelos lucros das atividades locais. Assim, mudam de importância as subsidiárias localizadas nos países subdesenvolvidos, o que reforçou a necessidade de expandir a ajuda militar para repelir qualquer aproximação soviética.

Segundo Baran (1986, p.138) os efeitos da penetração do capitalismo se deram de forma distinta no mundo. Dependeu da natureza da penetração e do estágio do desenvolvimento das sociedades locais. De forma geral, a acumulação de nos países depois de chamados de subdesenvolvidos ganhou impulso em alguns setores, contudo bloqueou o desenvolvimento de outros. Esse efeito dual via caracterizar a dinâmica e morfologia dos países que orbitam em torno do capitalismo central.²⁷

Em comum, as sociedades subdesenvolvidas se assemelham por apresentarem configurações onde há o predomínio do setor agrícola sobre os setores não-agrícolas. A desproporção se dá no volume de excedente que é apropriado e na centralidade do setor para a

²⁶ Os autores vão citar em particular a doutrina de Contenção e a doutrina Truman nas páginas 186 e 189, respectivamente.

²⁷ Índia e Japão serão analisados pelo autor como dois modelos contrastantes; ambos foram incorporados pela expansão do capitalismo europeu, porém os resultados foram diferentes

dinâmica da economia nacional, provocando relações intersetoriais assimétricas e subordinadas ao excedente do setor agrícola.

O setor não agrícola é formado pelos setores comercial, a indústria nacional e a empresa estrangeira. O primeiro é responsável pelo escoamento de mercadorias e a intermediação com o setor exportador, retirando da intermediação sua parte do excedente. O setor industrial nacional não se desenvolveu suficientemente em virtude da concorrência estrangeira e as relações comerciais desfavoráveis. O controle dos mercados locais pelo capital monopolista estrangeiro restringe as oportunidades de investimento, deixando apenas poucos setores para o capital nacional que em geral possuem taxas de lucratividade relativamente baixas. O efeito imediato é o escoamento do excedente produzido internamente para o exterior. Soma-se a falta de uma política comercial adversa, que expõe o capital nacional à concorrência estrangeira, ocasionando o “infanticídio industrial”. Por causa disso, o potencial de investimento e crescimento é limitado causando a estagnação das sociedades subdesenvolvidas.

O terceiro setor não agrícola que compõe a estrutura das economias subdesenvolvidas é a empresa estrangeira. Ao contrário das empresas de capital local, estas trazem efeitos internos bastante distintos. Há um efeito negativo geral sobre a economia nacional, principalmente por que a maior parte do excedente produzido por suas atividades é deslocada para fora do país produtor. Isso ocorre através por que a fração do excedente reinvestido na forma de bens de capital é importada; por outro lado, os gastos com salários são baixos em virtude da grande oferta de força de trabalho e do próprio nível de mecanização das empresas estrangeiras.

Do ponto de setorial, o setor comercial se beneficia da expansão das atividades da empresa estrangeira, seja como fornecedor de matérias-primas, seja intermediando a distribuição de mercadorias importadas. As atividades comerciais locais não sofrem constrangimento pelo capital externo, pelo contrário estão associadas ao desenvolvimento das do capital monopolista. Os empreendimentos industriais, em geral, são formados por capitais pelo excedente produzido pelo setor comercial e tem sua dinâmica também acoplada em última instância ao setor externo. O estrangulamento do capital industrial do domínio do capital comercial associado ao capital monopolista estrangeiro caracteriza o subdesenvolvimento. Para o autor, o imperialismo reside na atuação da grande empresa monopolista sobre as regiões subdesenvolvidas, que extrai a maior parte do excedente produzido internamente, atrofia o desenvolvimento dos países e as torna dependentes da dinâmica dos países centrais.

3.3.2 Harry Magdoff

Uma análise mais detida do imperialismo fora realizada por Harry Magdoff nos seus trabalhos²⁸. O autor faz uma comparação do imperialismo após a Segunda Guerra Mundial e o imperialismo que surgiu no final século XIX e perdurou até meados do século XX. A diferença marcante entre os dois períodos é a importância das colônias, daí irá chamar o primeiro de novo imperialismo e o segundo de imperialismo sem colônias.

O novo imperialismo corresponde exatamente ao período de formação e consolidação do capitalismo monopolista, cujo principal representante foi Lênin. Para Magdoff, tanto Lênin como os demais autores têm em comum a identificação do imperialismo com o colonialismo, que é corolário da idéia de que a exportação de capitais é um apanágio do capitalismo monopolista.

Para o autor, o imperialismo não pode ser confundido com o colonialismo, pois posse de colônias é muito anterior ao próprio capitalismo e a situação após a Segunda Guerra Mundial, que é marcada pela ausência da dominação colonial. No lugar desta, surgiram nações politicamente independentes (outras recuperaram a independência), porém os vínculos de dependência econômica se mantiveram sob novas formas. Os graus e as formas de dependência entre as nações ganham novos formatos, engendrando uma nova divisão internacional do trabalho que reconfigura o capitalismo com sistema mundial. A conclusão é que a noção de imperialismo que tem Lênin como seu grande teórico e propagandista perde parte do poder explicativo.

Essa identificação equivocada entre imperialismo e colonialismo decorre de duas imprecisões promovidas pelos marxistas clássicos²⁹, que deduziram suas teorias e explicações diretamente das leis gerais do capital de Marx (MAGDOFF, 1978, 101). Segundo o autor, as análises clássicas buscam associar o colonialismo à exportação de capitais, sendo que esta se vincula a pressões de capitais em excesso nos países centrais e à lei da tendência à taxa de lucro declinante. A primeira explicação consiste em afirmar que o desenvolvimento das economias centrais levou à formação de grandes monopólios que concentraram mercados e lucros em

²⁸ Imperialismo: da era colonial ao presente

²⁹ O autor chama do imperialismo do final do século XIX e início do século XX de Novo Imperialismo, pois considera que outras formas de dominação imperial existiam antes da fase monopolista do capitalismo. Aqui também há uma distinção em relação a Lênin, que considerava o imperialismo uma etapa específica do capitalismo. Magdoff vai afirmar com essas denominações que o imperialismo não é próprio do capitalismo, rompendo com a leitura leninista do fenômeno.

volumes cada vez maiores, de modo que oportunidades de investimento se tornaram escassas, ou seja, houve um acúmulo em excesso de capital que demandava mercados externos. Contudo, a hipótese de excesso de capitais desconsidera que o capitalismo é potencialmente um sistema que busca a expansão, e não depende de nenhum requisito prévio para isso. Além disso, a exportação de capitais é um fenômeno que antecede o capitalismo, ou seja, não é particular desse modo de produção.

A tendência ao declínio da taxa de lucro relaciona-se com o desenvolvimento do capitalismo mediante a substituição do capital variável (força de trabalho) pelo capital constante (máquinas), assim a relação entre cc/cv tende a elevar-se progressivamente e reduzir a taxa de lucro. Daí os capitais buscariam fora dos países de economias maduras oportunidades mais lucrativas para investimentos. Segundo o autor, tal hipótese não se sustenta empiricamente, pois os motivos para exportações de capitais no caso dos empréstimos internacionais, no setor industrial e no setor de extração de recursos naturais são diversos e residem na própria lógica dos investimentos. (MAGDOFF op. cit.p. 110)

A exportação de capitais além de ser inerente à lógica de acumulação ganha impulso na etapa monopolista na qual o mote da grande empresa é buscar o controle por parte das fontes de matéria-prima e mercados para assegurar a manutenção da lucratividade (MAGDOFF op. cit.p 113). Isso tinha semelhanças na etapa colonial, contudo os meios utilizados guardavam particularidades, principalmente do que diz respeito ao Estado. Na relação entre metrópole e colônia predominava a dominação política e também econômica. O controle político era efetivado através da violência sem mediações. Com o fim do colonialismo e a independência política das velhas colônias a violência estatal não deixou de ser utilizada, mas surgiram novas formas de subordinação e dependência através do mercado (MAGDOFF op. cit.p .121). Além dessas, o autor assinala que a dependência se apóia na em fatores internos do país, principalmente nos diferentes graus de associação dos grupos e setores econômicos, algo que converge com as conclusões de Baran (1978).

O imperialismo é para Harry Madoff uma nova configuração do capitalismo mundial, não mais ancorada na exploração direta de colônias e tendo a Inglaterra no eixo. Não há mais colônias, que dão lugar a relações de dependência entre nações politicamente independentes, mas ainda hierarquizadas em periferia e centro. A rivalidade interimperialista pré-primeira Guerra é substituída pela hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos cuja força é contestada apenas pela URSS. Assim com Baran e Sweezy (1978) e Baran (1986), o

imperialismo tem como cerne a monopolização do capital e na proeminência dos EUA perante os demais Estados nacionais no lado capitalista.

3.4 Imperialismo após a Guerra Fria

3.4.1 Alex Callinicos

A derrota da URSS para os Estados Unidos significou o fim da bipolaridade que balizou a política internacional durante metade do século XX e também a ideia de proeminência absoluta estadunidense sobre o mundo. Isso significou de um lado o esfriamento dos debates em torno do imperialismo, inclusive questionando sua pertinência para um momento em que não haveria mais conflitos geopolíticos e grassaria plena a hegemonia do EUA (HARDT e NEGRI 2000, 14). A própria postura dos Estados Unidos durante a administração Clinton, que declarou utilizar o poder militar apenas em situações extremas, pareceu tornar o conceito de imperialismo obsoleto no debate marxista (PANITCH, 2004, p. 14).

Contudo, essa falta de debate foi objeto de críticas por Patinaik (1990), que vai afirmar que desde a Guerra do Vietnã houve na verdade uma intensa consolidação do imperialismo americano através de outros expedientes, em particular o sistema de instituições multilaterais que, na relação direta com os países subdesenvolvidos, passaram a ser decisivos nesse processo. Após a crise da dívida e o estrangulamento do balanço de pagamentos dos países subdesenvolvidos, FMI e Banco Mundial se tornaram consultores e uma extensão do imperialismo, algo que vai se prolongar pelos anos 90.

Mesmo assim, não houve avanços teóricos nos estudos sobre o imperialismo, que continuou presa às concepções etapistas dos autores marxistas clássicos (PANITCH, 2000, p. 40). De modo semelhante a Magdoff, a crítica vai se debruçar sobre às concepções abstratas extraídas diretamente dos modelos marxianos que, mesmo depois de décadas, continuavam as ser dominantes (PANITCH, op. cit, p. 4).

Para Callinicos (1991) emerge uma nova fase do imperialismo posterior à Guerra Fria. As principais características dessa fase são a multipolaridade econômica e política, principalmente com o surgimento do bloco Europeu (que daria origem mais tarde à União Europeia), a reunificação da Alemanha e os países asiáticos. Por isso, o autor discorda do

argumento de que após o período da bipolaridade entre URSS e EUA houve um rendimento automático do mundo à ordem liberal estadunidense levando ao fim da própria geopolítica. A competição interimperialista ainda persiste, porém como contornos diferentes daqueles apontados pelos autores clássicos do imperialismo. A ascensão de dos NCIs em particular colocou um desafio adicional à capacidade dos EUA exercerem seu poder sem empecilhos, pois rivalizam na economia de forma mais competitiva, inclusive sobre os novos países que surgiram após o fim do bloco soviético (CALLINICOS 17-18).

A visão de Callinicos (2005) sobre o imperialismo pós-Guerra Fria parte a identificação de duas similaridades com os textos clássicos do imperialismo, em particular com Bukharin (1986): a persistência da competição entre capitais e da competição geopolítica entre Estados (CALLINICOS, 2005, p. 1-2). Por isso o autor vai afirmar que O aprofundamento da internacionalização da produção e a cada vez mais complexa interpenetração entre capital privado e Estado nação são duas tendências da transformação do próprio capitalismo ao longo dos anos. Quando essas duas lógicas convergem manifesta-se o imperialismo.

O modelo de concorrência intercapitalista tem limitações porque está datado historicamente, uma vez que apresenta uma avaliação do desenvolvimento do capitalismo no início do século XX. Além disso, está vinculado a uma tradição que buscou compreender a produção capitalista a partir do desdobramento das leis gerais do capital desenvolvidas por Marx. Por outro lado, o autor considera que a competição geopolítica entre Nações, que também é datada, oferece um esquema útil para compreender o debate sobre o imperialismo atual a partir de três linhas de argumentação: a primeira seria uma visão apologética do imperialismo, que em verdade busca diluir a sua própria existência como categoria conceitual e fática (CALLINICOS, 2007, p.535). Nesse flanco os principais autores são Antonio Negri e Michael Hardt com o livro *Império* (2000). Um segundo grupo vai defender que os EUA construíram após a Segunda Guerra Mundial um império informal, e que subordinação dos demais Estados nacionais ocorre de maneira mais ou menos indireta. Essas idéias têm como principais defensores Leo Panitch e Sam Gindin; o último grupo se contrapõe às análises anteriores afirmando a persistência da competição geopolítica interestatal mesmo num ambiente internacional onde os Estados Unidos são a nação hegemônica. O próprio Alex Callinicos se incluiu nesse grupo juntamente com David Harvey (2004) entre outros.

Para Hardt e Negri (2000) a noção de imperialismo se dissipou após o fim da Guerra Fria e com a existência apenas dos EUA como potência hegemônica. Em seu lugar surge uma

nova ordem mundial chamada de Império, cujo eixo principal são as normas de direito internacional construídas ao longo do século XX no seio do sistema imperialista.

Na visão dos autores os EUA não atuam como uma nação imperialista, mediante ações que destroem e violam a soberania dos demais países. Isso em verdade é uma figura do passado, onde havia disputas por esferas de influência por potências capitalistas. Na ordem imperial, essa violência do imperialismo dá lugar a um esquema composto de instituições supranacionais que exercem autoridade sobre a produção de normas jurídicas no plano internacional.

Essa ordem imperial foi gestada ainda no período imperialista da Guerra Fria, que tinha de um lado a oposição da URSS e o declínio progressivo das antigas potências europeias. Surgiram assim a ONU, Banco Mundial, FMI, OTAN entre outras. O ponto de inflexão é o fim da Guerra Fria e a consolidação do poder imperial dos EUA na Guerra do Iraque em 1991. Foi nesse evento que ficou claro para os autores que os EUA deveriam assumir a responsabilidade pela administração das normas de justiça internacional (HARDT E NEGRI, 2000, p. 198). Contudo, a poder de polícia estadunidense em nada se compara ao das antigas nações imperialistas por que estes exerciam seus poderem para satisfazer o próprio interesse em detrimento dos demais. Aqui é diferente, os EUA são o fiador do sistema de justiça internacional da ordem imperial, cuja centralidade é exercida pelas instituições supranacionais.

Dessa forma, o Império é uma totalidade formada por instituições e normas que se impõem acima das fronteiras dos Estados. Não há para os autores disputas nem ameaças à ordem imperial, salvo pontuais, pois a sua estabilidade é garantida pelo poder militar estadunidense. É interessante notar que para Hardt e Negri o desenvolvimento do capitalismo levou a um “estágio” de quase um Estado mundial encarnado pelas instituições supranacionais e regulados por normas jurídicas de aceitação geral. Todas as contradições e conflitos interestatais estão superados e as fronteiras nacionais são sobrepostas pelo poder do Império.

3.4.2 Léo Panitch e Sam Gindin

A principal contribuição dessa dupla de autores é construir uma teoria do Estado, não em abstrato, mas do Estado capitalista. Ao contrário da tradição marxista, afirmarão que o próprio desenvolvimento capitalista engendrou a diferenciação objetiva entre o processo produtivo e a forma estatal. Este emerge como ente relativamente autônomo à lógica de

acumulação, porém totalmente vinculado à forma capital como responsável pela estabilidade e reprodução do sistema através de normas e regulamentos. (PANITCH E GINDIN, 2004, P. 5-6)

A forma de dominação política do Estado capitalista muda em virtude da separação entre Estado e produção. Com a autonomia relativa e a edificação de uma estrutura normativa balizada pelo direito de propriedade, a forma política da democracia liberal se torna um modelo a ser universalizado para os Estados capitalista desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Uma terceira transformação do capitalismo foi o aprofundamento do processo de nacionalização dos interesses capitalistas ligados a um Estado territorial em particular, nesse caso os EUA³⁰. Desse modo, o imperialismo sob o domínio estadunidense é resultado a natureza da expansão da produção capitalista juntamente com a universalização da forma política da democracia liberal pós Guerra, que vão desenhar inclusive as regras do direito internacional e das instituições multilaterais. Todos os demais Estados capitalistas, periféricos ou centrais, vão se tornar ativos em promover a acumulação de capital e replicar as instituições e normas jurídicas. Essa forma de dominação os autores chamam de imperialismo informal.

Ao contrário do imperialismo clássico, no imperialismo informal estadunidense não há imposição explícita da adoção da forma liberal-democrática nem de como os Estados particulares devem exercer sua autonomia relativa. Há sim, a criação de uma estrutura que determina as opções disponíveis de ação que é favorável à dominação dos EUA. Assim, mesmo agindo na busca dos seus interesses particulares, os demais Estados capitalistas ao impulsionar a acumulação de capital e reforçar as regras jurídicas do direito internacional estão alimentando o imperialismo informal estadunidense (PANITCH E GINDIN, 2012, p. 8).

A internacionalização do Estado é para os autores um processo em que os Estados nacionais criam condições políticas e jurídicas para a internacionalização da produção e das finanças. Isso significa que a globalização não é fruto das pressões dos mercados externos sobre os Estados nacionais, obrigando-os a abrir suas economias e a adotar formas jurídicas e políticas estrangeiras. Pelo contrário, são os Estados nacionais, ao lançar mão da autonomia relativa, que promove o mercado mundial³¹.

³⁰ Aqui o autor parece remeter a Bukharin.

³¹ Panitch (1994) critica a visão de Cox (1987, p.254) sobre a internacionalização do Estado, pois esta considera tal fenômeno resultado de exigências da economia mundial que impõe a necessidade ajustes internos.

Portanto, para Panitch e Gindin (2004), o imperialismo é um imperialismo informal, que é exercido pelo Estado nacional e pelos capitais de sorte que a atuação dos Estados Unidos direta torna-se circunstancial e a estrutura formada pelas regras jurídicas das instituições multilaterais e a universalização do modelo de democracia liberal um ator decisivo, porém difuso, de manutenção da hegemonia estadunidense.

Um corolário dessa explicação dos autores é a negação da existência da rivalidade interimperialista após a Guerra Fria, algo central no imperialismo marxista clássico. Como o império informal é uma totalidade que guarda relação direta com os interesses dominantes internos dos Estados Unidos e são reforçados pelo demais Estado Nacionais, os autores concluem que não há ameaças à soberania mundial estadunidense. (PANITCH E GINDIN 2012, p.10)

Os autores vão defender essa idéia do fim da rivalidade interimperialista argumentando que tanto Japão quanto a Europa Ocidental ascenderam depois da Segunda Guerra Mundial através dos investimentos dos EUA e das regras de comércio, ou seja, não houve nenhuma rivalidade nesse processo (2012, p. 10). O mesmo argumento será utilizado para analisar a ascensão da China, que também foi beneficiada pelos investimentos e migração de empresas multinacionais estadunidenses para atender a demanda doméstica por bens e serviços (PANITCH E GINDIN, 2012, 283).

Império e império informal são duas categorias que procuram atualizar o conceito clássico de imperialismo. Ambos defendem a proeminência de uma ordem econômica centralizada pelos Estados Unidos, porém divergem pelo caminho adotado para construir a argumentação. Panitch e Gindin partem da idéia de autonomia relativa do Estado, que expande seu poder através da promoção do ideal político liberal e das regras do direito internacional. Para Hardt e Negri a rivalidade interimperialista deixou de existir com o fim da Guerra Fria e ganhou força uma institucionalidade normativa que se sobrepõe aos Estados nacionais como um Estado mundial, sem ameaçar a posição dos EUA. As duas abordagens coincidem em afirmar que a estrutura da política internacional é relativamente estática, pois não há contestações ao Império nem ao Imperialismo informal. (CALLINICOS, 2007, p.04)

O terceiro grupo de analistas defende que a rivalidade entre os Estados capitalistas ganha novo contorno depois do final da Guerra Fria. Essas teorias do chamado Novo Imperialismo guardam em comum alguns argumentos, quais sejam: defendem que o desde os anos 1970 o sistema capitalista enfrenta uma crise que ainda persiste; a competição entre três centros de

poder econômico e político³² é um aspecto relevante dessa crise; há conflitos de interesses entre estes três centros, apesar de existirem assimetrias entre os EUA e os demais (CALLINICOS, 2007, p. 535).

Portanto, a rivalidade interimperialista não sucumbe ao fim da Guerra Fria segundo Callinicos (2005), mas sim ganha um novo significado no atual momento do capitalismo. Contudo o termo rivalidade interimperialista é demasiado atrelado ao debate realizado por Lênin e Bukharin, onde o conflito entre os Estados refletia uma luta colonialista e uma tendência à guerra. O autor prefere, no entanto, utilizar o termo competição geopolítica, que é mais abstrato e abrange toda a sorte de conflitos a respeito de território, segurança, recursos e influência.

3.4.3 David Harvey

A análise de D. Harvey sobre o imperialismo do tipo capitalista consiste numa síntese entre a lógica política e econômica do fenômeno. A primeira compreende uma dimensão geográfica do poder, definida pelo território dos Estados e toda a sorte de estratégias para expandir seus interesses a partir dos recursos econômicos, militares e humanos disponíveis. A lógica econômica representa as relações de produção realizadas sobre de forma transversal aos distintos territórios, os fluxos de trocas monetárias e recursos entre os Estados. (HARVEY, 2014, p.32)

Essas duas lógicas dispõem de dinâmicas distintas e estão sujeitas limites contradições. Uma primeira é que o capital se reproduz de maneira contínua no espaço, ou seja, ultrapassa as fronteiras dos territórios nacionais em busca de oportunidades mais lucrativas e, por isso, colidem com a dinâmica política, que é circunscrita a um território. O Estado precisa, dentro dos limites geográficos, satisfazer as necessidades coletivas e, para tal, necessita reter o máximo possível os fluxos da acumulação de capital. Há uma contradição clara entre política de Estado e política de Império, principalmente por que as instituições criadas dentro de um território se prestam a impulsionar a fixar a acumulação de capital, muito embora não consigam represar a força disruptiva desse processo geográfico. (HARVEY, 2014, p. 32-33)

³² América do Norte, Europa Ocidental e Ásia Oriental.

O imperialismo capitalista se move nessa relação contraditória desde o seu surgimento no final do século XIX, passando pelo período da hegemonia estadunidense até chegar à hegemonia neoliberal. Cada fase corresponde possui uma ordenação espaçotemporal³³ particular que é derivada de uma crise de sobreacumulação de capital que vai empurrar os capitais para novos espaços em busca da realização.

Harvey irá resgatar o esquema analítico de Rosa Luxemburgo³⁴ para construir sua explicação da dinâmica geográfica do capitalismo. Ele traz de volta a idéia de sobreacumulação de capital decorrente da lei da queda tendencial da taxa de lucro³⁵. Em virtude disso afirmará que o capitalismo necessita e de um “outro” para realizar, que não é mais uma região não capitalista, mas regiões dentro do próprio capitalismo desvalorizadas ou esferas públicas³⁶. Tais movimentos, se observados no plano das relações entre Estados nacionais, traduzem assimetrias que alicerçam trocas econômicas desiguais impulsionadas pela lógica política dos espaços.

Outro aspecto do capitalismo é existência de uma nova forma de acumulação primitiva, chamada por Harvey de acumulação por espoliação. O conteúdo, segundo o autor, contempla toda sorte de processos de concentração de riqueza e mercantilização realizados através da violência e da burla, que podem ser realizados entre Estados ou internamente. (HARVEY, op. cit. p.128). Apesar disso, o autor não considera o militarismo uma face tão relevante do poder estatal, pois as regras do livre comércio e instituições multilaterais são muito mais eficazes em sustentar o poder hegemônico. Inclusive as políticas de liberalização de capitais e trocas comerciais atuam com impulsionadores do processo de acumulação por espoliação dos mercados ora expostos à concorrência. (HARVEY, op. cit. p.147)

Por fim, para Harvey o novo imperialismo é traz consigo uma dimensão muito parecida com o antigo, sintetizados na lógica territorial e do capital, nas crises de sobreacumulação e acumulação por espoliação. Tais características se manifestam nos diferentes Estados nacionais e entre eles produz conflitos disputas geopolíticas diversas. Por isso, Harvey vai afirmar que há vários imperialismos, cada um correspondendo a uma prática dos diferentes Estados. (HARVEY, op. cit. p.149)

³³ É o movimento espacial dos capitais sobreacumulados num determinado território para outro através de investimentos externos, abertura de novos mercados e fontes de recursos naturais. Ver Harvey (2014, p. 93-94)

³⁴ A Acumulação de Capital.

³⁵ O excesso de capitais e força de trabalho em determinados espaços é resultado do desenvolvimento da produção capitalista em virtude do aumento do capital constante e pelo decréscimo do capital variável

³⁶ O autor cita o caso de regiões que foram objeto da exploração pelo capital outrora e da privatização da educação pública. Ver páginas 78 e 118.

3.5 Poder, Imperialismo e Relações internacionais

Os autores do marxismo clássico nunca trataram das relações entre Estados nos moldes da área das Relações Internacionais. O objeto de estudo por excelência sempre o foi o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, mais precisamente as transformações que levaram ao surgimento do capital financeiro no limite do século XIX. Todavia, as questões sobre o exercício do poder entre as nações não deixaram de ser abordadas dentro do prisma marxista.

O imperialismo traz consigo a discussão de uma realidade concreta pela qual passava a Europa, qual seja, o conflito entre Estados capitalistas pela posse de colônias, que ao final representavam a expansão do território econômico para a acumulação de capital. As disputas geradas pelo expansionismo são acompanhadas pelo crescimento do setor militar, pois, no limite, a guerra é algo inerente ao sistema de Estados capitalista.

A discussão sobre a figura do Estado é encampada simultaneamente à análise do processo de acumulação de capital. A expansão do capital financeiro é também a expansão do poder do Estado e à medida que o Estado se fortalece, a produção capitalista nacional tende a ganhar mais força. Em termos marxistas pode-se dizer que o grau de monopolização da economia, o desenvolvimento intenso dos processos de centralização e concentração de capitais, guarda relação com o crescimento do poder estatal.

Os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas entre os países criam um sistema mundial de Estados assimétrico. Isso se traduz no conflito entre a necessidade imperiosa de conquistar novos territórios para a expansão dos capitais nacionais e proteção dos territórios já existentes contra os capitais estrangeiros. Por isso, Bukharin irá afirmar que todo Estado capitalista acaba por se converter num grande monopólio, que tende a se preparar constantemente para guerra mediante a militarização.

Portanto, para os teóricos do imperialismo a guerra é algo inerente ao processo de acumulação de capital, o que leva à conformação de um sistema de Estado potencialmente instável. O debate entre Lênin e Kautsky trata diretamente sobre questões de paz e guerra, muito embora sem prescindir das relações materiais de produção. Enquanto Lênin defende que a paz é apenas um breve momento entre guerras quando são forjadas alianças entre as potências, cujo objetivo é preparar para uma nova guerra pela redivisão do mundo, Karl Kautsky vai acreditar

que o Imperialismo será sucedido pelo Superimperialismo, onde alianças estáveis e duradouras serão construídas ponde um fim às guerras.

A discussão sobre o imperialismo dentro das Relações Internacionais na metade do século XX repousou de um lado na condenação da visão marxista, dado seu proeminente economicismo e visão instrumental do Estado e, portanto, impróprio para uma ciência que se propõe a investigar a sobrevivência do Estado (homogêneo) e o exercício do poder para assegurá-la. Além disso, as categorias marxistas de classe, trabalho, valor e mais-valia são considerados demasiado abstratas para serem empregadas em estudos de relações internacionais (MCLEAN, 1988, p. 298). De outro lado, há em comum entre os autores das relações internacionais a associação do imperialismo com o expansionismo, porém motiva por fatores de ordem não econômica³⁷.

De uma forma geral, tais autores dialogaram com o imperialismo marxista visando detrá-lo. Isso talvez se explique pelos fundamentos da própria área das Relações Internacionais, que remetem a autores como Hobbes e Maquiavel e vão se perfilar com o pensamento liberal na política e na economia. Além disso, o ambiente político em que tais teorias foram desenvolvidas era o da Guerra Fria, e todos os autores pertenciam ao campo “capitalista”. Dessa forma, dentro de um ambiente de intensa polarização o pensamento dos autores correspondeu aos ditames do seu tempo.

Um bom exemplo é a visão de Morgenthau (2002), que vai definir imperialismo como uma política externa específica praticada por um Estado visando modificar a balança de poder mediante a dissolução do *statu quo* dos demais Estados. Portanto, o exercício nem todo exercício de política externa é considerado pelo autor com imperialismo, apenas quando houver intenção de alterar as relações entre os Estado. Da mesma forma, a política externa defensiva também não é imperialismo, pois objetiva resguardar a posição relativa do Estado frente aos demais (MORGENTHAU, op.cit., p. 98-103).

A primeira tentativa de incorporar o marxismo às Relações Internacionais juntamente com os prismas realista e liberal fora realizado por Robert Gilpin no livro *A Economia Política das Relações Internacionais*. O autor vai considerar a perspectiva marxista de Lênin uma forma de abordagem das relações políticas e econômicas dos Estados capitalistas onde temas como

³⁷ Raymond Aron fala de fatores ideológicos, os quais definiriam uma potência ideocrática, cuja visão é expandir sua influência motivada por uma suposta missão civilizatória. (ARON, 2002, p. 336)

alianças, guerra e paz, repartição do mundo e militarismo foram explorados (GILPIN, 2002, p. 56).

Apesar de também não ser marxista, Susan Strange vai desenvolver uma análise das relações de poder no livro *States and Markets* que busca integrar os estudos das áreas de Relações Internacionais e a Economia numa só estrutura. A premissa da autora é que as questões relacionadas ao poder sofrem com as determinações da vida econômica, daí a necessidade de um estudo que contemple os processos de produção, circulação e distribuição através dos sistemas internacionais.

Para a autora, o estudo da Economia Política Internacional deve ter como premissa que toda sociedade se edifica sobre quatro valores básicos para a satisfação das necessidades humanas: segurança, bem-estar, liberdade e justiça. O ambiente em que os Estados nacionais interagem e buscam satisfazer tais valores é alicerçado por um nexo entre autoridade e mercado. A escolha pela autoridade da melhor combinação de valores vai depender do seu poder de autoridade sobre os mercados, que é exercido a partir da sua força, da riqueza que mobiliza e das idéias. A combinação dessas três fontes vai determinar o quanto um Estado consegue impor e regular os mercados, redistribuir riquezas, promover estímulos e influenciar o comportamento dos demais.

Há dois tipos básicos de poder segundo Susan Strange: um estrutural e um relacional. O poder estrutural consiste na capacidade de um ou poucos Estados influenciarem e moldarem o comportamento dos demais mediante a construção de uma arquitetura que vai condicionar as ações e resultados. Aquele que exerce o poder estrutural se beneficia dele, trazendo para si os resultados produzidos pelo sistema internacional. Os demais se beneficiarão na medida em que tal estrutura ofereça oportunidades e minimize riscos, mas ainda assim sem ameaçar a posição daquele que exerce o poder estrutural.

Cada uma das fontes de poder se materializa na Economia Política Internacional através do controle sobre a produção, o crédito (riqueza), o conhecimento (idéias) e a segurança internacional (força). O monopólio de um desses fatores determina não só a posição da nação na hierarquia internacional, mas também o quanto se pode extrair de benefício do poder relacional.

Embora a autora não use categorias de análise marxista, seu esquema teórico oferece recursos para compreender o funcionamento de um sistema econômico e político desigual entre nações. A idéia de um nexo autoridade-mercado é importante porque demonstra que, ao

contrário do que é defendido pelos realistas em geral, o Estado e capitalismo não são duas categorias sob lógicas distintas. Além disso, ao reconhecer que os recursos econômicos são fontes do poder político, este pode ser exercido de forma menos direta como através da coerção militar.

3.6 Algumas conclusões e Questão de Pesquisa

O conceito de Imperialismo traz uma gama diversa de significados ao longo tempo dentro do pensamento marxista. O debate interno é intenso e por isso é um desafio selecionar o conteúdo mais apropriado do conceito. Como o objeto de estudo desta dissertação é algo recente e posterior à Guerra Fria, convém trabalhar com os autores dessa etapa, sem descurar eventualmente das reflexões de outrora, que ainda guardam poder explicativo. Principalmente por que a ideia de que o imperialismo traz consigo a questão do exercício do poder entre nações seja pela força militar ou pela dos fatores econômicos perpassa todos os autores aqui abordados. Outro elemento importante, identificado pelos autores clássicos, é a exportação de capitais como um elemento constitutivo do capitalismo financeiro. Esse tema será retomado mais adiante sob o prisma das empresas multinacionais, elementos centrais do imperialismo após a Segunda Guerra Mundial. Também será nesse período que haverá uma identificação mais clara do imperialismo com a ação do Estado, bem como a associação com a política externa dos sucessivos governos estadunidenses. Portanto, para fins do presente trabalho é possível dizer que o imperialismo tem uma dimensão interna, onde os processos de centralização e concentração de capitais são decisivos para a formação dos monopólios nacionais e exportação de capitais; e de outro uma dimensão política, na qual o Estado viabiliza o processo de acumulação de capitais e exerce o poder dentro de uma estrutura. No caso da China as reformas das estatais, construção e consolidação de grandes multinacionais correspondem à dimensão interna. A dimensão externa é a sua ascensão vem sendo realizada a partir de relações políticas e econômicas muito particulares dentro do sistema capitalista e estão assentadas sobre o modelo de desenvolvimento guiado pelas exportações e vem sendo consolidado com os investimentos externos das SOEs.

Contra isso, existe a retórica construída pelas autoridades chinesas de que tal ascensão não é uma rivalização com as demais potências do sistema, muito menos edificada através de relações desiguais e espoliação. Assim, tem-se a lógica de acumulação capitalista de um lado e

a narrativa chinesa de outro. Feitas estas considerações, a pergunta que orientará a presente pesquisa é a seguinte: ***É possível falar de imperialismo chinês no caso dos investimentos externos no Brasil ou se trata do aprofundamento da parceria estratégica entre os dois países?***

Para ingressar na questão de pesquisa serão explorados os seguintes pontos a partir do conceito de imperialismo: (1). as características gerais dos investimentos externos chineses no mundo e no Brasil; (2) a política da China para a América Latina; (3) a relação direta entre Brasil e China a partir desses investimentos, que se tornaram mais significativos a partir de 2010, e ganharam contornos próprios em virtude da conjuntura política e econômica brasileira.

4 INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS CHINESES NO BRASIL 2010-2018

4.1 Metodologia, Dados e Hipótese de trabalho

O conceito de imperialismo dentro do pensamento marxista ganhou diversos significados em virtude das próprias transformações do capitalismo no século XX. Cada grupo de autores procurou elaborar uma conceituação que compreendesse a dinâmica política e econômica de sua época. Mesmo assim, preservou-se um núcleo em torno do qual o debate sobre o imperialismo é realizado, qual seja, a exportação de capitais, que está vinculada ao grau de monopolização das economias nacionais e o nexos entre capital e Estado no processo de expansão capitalista.

Nos capítulos anteriores foi mostrado que as transformações estruturais pelas quais a China passou desde 1978 se deram a partir da construção de uma estratégia de desenvolvimento via exportações associada às paulatinas políticas de modernização do sistema empresarial chinês, o que culminou com a formação de grandes monopólios empresariais sob o controle do Estado. O resultado disso é o processo de internacionalização das empresas chinesas via investimento externo direto.

Um dado importante é a centralidade das empresas estatais chinesas no processo de desenvolvimento do país de consecução da sua estratégia de ascensão internacional. Isso é confirmado pelo discurso oficial dos dirigentes chineses ao longo das reformas³⁸ e da forma como o Estado administra a formação dos monopólios nacionais através da SASAC, o que de certa forma contradiz os argumentos em defesa da diminuição da produção industrial estatal em face dos empreendimentos privados. Além disso, a importância dessas empresas é reforçada

³⁸ Isso é enfatizado desde o 16º até 19º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês textualmente nas declarações dos Presidentes.

pela existência de uma forte regulamentação no sentido de orientar os setores e regiões dos investimentos externos.

Dessa forma, a hipótese que conduz esta dissertação é a seguinte: ***Os investimentos externos chineses no Brasil representam uma nova forma de imperialismo que utiliza expedientes não coercitivos.*** As hipóteses auxiliares, baseadas nos capítulos anteriores, são seguintes: (i) o processo que levou à expansão chinesa através dos IEDs guarda similaridade com a lógica do imperialismo guarda similaridades com as análises clássicas de Lênin e Bukharin, sem haver, no entanto, o elemento do militarismo; (ii) a retórica de política externa para a AL tenta construir um consenso de aceitação da China como uma potência distinta das demais países. Contudo, isso ignora o fato incontornável de que a o desenvolvimento chinês ocorre dentro do sistema capitalista, algo que implica necessariamente no conflito geopolítico pelo acúmulo de riqueza e poder em detrimento dos demais; (ii) a peculiaridade da expansão geopolítica da China guarda relação com a natureza dos IEDs, que em sua grande maioria são realizados por empresas estatais vinculadas estrategicamente ao Estado.

Na segunda seção é feita uma apresentação geral do investimento externo chinês ao longo das últimas décadas juntamente com dados que caracterizam a ascensão econômica e política do país asiático. O objetivo é descrever os dados mais gerais do investimento externo chinês no mundo. Na seção seguinte é feita a análise da distribuição dos investimentos chineses e a política adotada para a região. Na última são explorados os dados dos investimentos no Brasil.

Os dados sobre os IED oficiais são fornecidos pelo Banco Central, porém a metodologia utilizada contabiliza a origem dos recursos o último país por onde passou antes de ingressar no Brasil. É sabido que as empresas chinesas utilizam de vários expedientes para contornar a fiscalização e a tributação, inclusive remetendo recursos a paraísos fiscais, o que gera um viés perigoso nos dados do Banco Central. Isso gera valores distintos dos IEDs por que algumas bases de dados não captam o ingresso de recursos por países terceiros ou ainda embutidos na participação acionária. Portanto, serão utilizadas fontes de dados mais refinadas e abundante em informações, a exemplo do *China Global Investment Tracker*, *National Bureau of Statistics of China (China Statistical Yearbook)*, *UNCTAD*, *Red Celac China* e, em particular, a GIC-IE/UFRJ para os dados sobre o Brasil. Essa base é a mais recente e tem as vantagens de sistematizar as demais, eliminar duplicidades e classificar os investimentos, mas é limitada apenas aos dados sobre os investimentos no Brasil entre 2010 e 2016.

Em relação aos tipos ou modos de entrada dos investimentos externos diretos, há basicamente três tipos: *greenfield*, quando se trata da construção de um empreendimento novo e há um acréscimo à estrutura econômica do país recipiente; *brownfield*, quando ocorre a aquisição de uma empresa, estrangeira ou nacional, existente ou ainda quando é realizada uma fusão entre o capital do investimento externo e o capital preexistente. Nesse caso ocorre apenas uma transferência patrimonial, sem criar um novo empreendimento; o último tipo é *joint venture*, que é o ingresso de investimento externo direto para criar um novo empreendimento em associação com capitais ou empresas já existentes.

4.2 Parceria estratégica e Ascensão da China

O conceito de parceria estratégica sugere uma relação onde os partícipes usufruam mutuamente de benefícios dessa relação conformes seus interesses, estabeleçam agendas em comum e atuem de forma coordenada em temas sensíveis para ambos. No caso do Brasil e China, a parceria apresenta dimensões na área de política internacional, cooperação técnica e relações comerciais e produtivas.

O interesse pela parceria partiu da China inicialmente que declarou o caráter estratégico de uma relação mais estreita com o Brasil em 1993. Segundo Biato Jr. (2006), o isolamento da China pela política externa estadunidense a parti de 1989 em virtude dos eventos do Tiananmen forçou o país a buscar outras parcerias fora do eixo dos países desenvolvidos. Fora isso, a China vinha crescendo desde os anos 80 e necessitava aumentar suas parcerias comerciais para atender à demanda interna.

Entretanto, a relação entre Brasil e China Popular é mais longa (1974) e se deu num contexto de transformações da política internacional. Dois anos antes a China houvera reatado relações com os EUA e conquistado em 1971 um assento do Conselho de Segurança da ONU. Além disso, o movimento terceiro-mundista desde a Conferência de Bandung (1955) vinha ampliando os espaços de cooperação entre os países menos desenvolvidos em contraponto às relações Norte-Sul.

Um tema comum entre os dois países era a questão da autonomia. Para a China era um tema sensível, pois a proclamação da República Popular é o resultado direto de uma luta contra agressões imperialistas e humilhações que reduziram a China à condição semi-colonial. Esse

sentimento se traduz nos cinco princípios da coexistência pacífica que ordenam a política externa chinesa até hoje³⁹.

O Brasil busca satisfazer sua demanda por autonomia através de um projeto de desenvolvimento baseado na industrialização via substituição de importações e redução dos graus de dependência externa. A política externa independente vem curso desse processo onde a busca por diversificação das parcerias internacionais vem atender interesses em temas variados.

Na década de 80 a cooperação ganha corpo através do acordo de desenvolvimento conjunto de satélites (*China-Brasil Earth Resources Satellite-CBRES*) lançado em 1988. Mais uma vez a cooperação foi motivada pelo contexto externo aos dois países. Dessa vez as pressões dos EUA no âmbito do GATT para a liberalização econômica dos países da periferia se somaram às medidas de proteção à propriedade intelectual, que dificultava o acesso tanto de China como do Brasil (OLIVEIRA, 2011, p. 104-105)

Na década de 90, às relações comerciais entre os dois países nos primeiros anos expandiram mais de 50% 1993 e 1995 do ponto de vista das exportações brasileiras e mais de 200% pelo lado das importações. Na metade seguinte da década, em virtude da conturbada conjuntura internacional que foi marcada por sucessivas crises, as compras chinesas reduziram para patamares inferiores a 1993 e o comércio se intensificou apenas do lado das importações brasileira.

Houve um relativo estancamento da parceria na segunda metade dos anos 90. Os interesses do Brasil repousaram em negociar a venda de aeronaves da Embraer, promover serviços de engenharia e extrair um compromisso da China em defender o pleito de um assento do CS-ONU. A China se esquivou dessas investidas brasileiras e concentrou-se apenas em garantir o fornecimento de minério de ferro e gêneros agrícolas para atender ao crescimento da sua economia que dobrou o PIB entre na década (BIATO, 2010, p.74-80).

Nesse primeiro momento a parceria não avançou além da consolidação do CBERS com o lançamento do primeiro satélite produzido conjuntamente em 1999. O Brasil tentou vender produtos e serviços de maior valor agregado, porém os interesses chineses estavam restritos ao suprimento de insumos para sua produção industrial. Além disso, não queria promover o

³⁹ Foram formulados pelo Chanceler Zhou Enlai na década de 1950. São eles: respeito mútuo à soberania e integridade territorial, não agressão, não interferência em assuntos internos, igualdade e benefícios mútuos e coexistência pacífica. Uma boa explanação da aplicação desses princípios é feita por Mao (1998, p. 126-135)

ingresso de produtos concorrentes no seu mercado interno, que já contava com uma industrial relativamente dinâmica setores intensivos em mão-de-obra.

O efeito disso foi uma mudança no perfil da pauta de comércio entre os dois países que ano a ano consolidou o Brasil com fornecedor estratégico de produtos básicos para atender à demanda do mercado chinês. A participação de minério de ferro, soja triturada e pasta de madeira totalizavam 60% da pauta de exportação em 1999 enquanto em 1993 representavam menos de um terço.

A virada qualitativa da parceria vai ocorrer na década seguinte. Com a eleição do governo Lula e a colocação de uma nova política externa, pautada pela “idéia de autonomia pela diversificação” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p.301). Essa política externa consistiu em focar no multilateralismo e ampliar o arco de parcerias econômicas e políticas para potencializar as demandas do Brasil, principalmente junto às instituições internacionais. Disso surgiram diversos arranjos novos com o IBAS, o BRICS, G20 e Unasul.

A partir dos anos 2000 a relação comercial entre os dois países decola. As exportações crescem cerca de 60 vezes até 2018 e as importações 30 vezes, de sorte que a China se torna o principal parceiro comercial brasileiro 2009. São lançados o segundo e terceiro satélite CBERS além de estabelecidos inúmeros acordos de cooperação técnico-científica. Nesse período, a principal demanda brasileira é pela reforma da governança global, ainda persistindo na tentativa de conquistar um assento no CS.

Segundo Altemani (2011), a parceria estratégica entre Brasil e China limita-se ao campo da cooperação técnico-científica⁴⁰. A esfera comercial alternou da concorrência nos primeiros anos para complementaridade dos anos 2000.

A retórica oficial da China tenta construir uma narrativa diferente. O país se esforça para remover a idéia difundida pelos EUA da “ameaça chinesa” e o faz isso de várias formas. Primeiro, tenta estabelecer relações diplomáticas distintas daquelas formadas pelos sucessivos governos estadunidenses, que têm a prática de interferir em assuntos internos, exportar seu modelo de sociedade e impor sanções quando o país não se adequa às exigências. A China faz exatamente o contrário, aplica os princípios de coexistência pacífica, respeitando a soberania e

⁴⁰ O Brasil reconheceu a China como uma economia de mercado, mas visava com isso acenar para uma ação conjunta nos temas das reformas das instituições multilaterais (ALTEMANI, op.cit., p 108)

autodeterminação dos parceiros e exigindo apenas o posicionamento contrário a Taiwan (ZHU, 2013, p. 214-215).

A outra forma é construir uma retórica que faça uma distinção entre o desenvolvimento chinês e o dos demais países. Assim surge o conceito de ascensão pacífica, que sugere um processo de desenvolvimento que dispensa o uso da força militar e busca através da cooperação compartilhar benefícios entre todos.

O objetivo desse desenvolvimento pacífico é, na visão chinesa, construir uma sociedade que harmonize as aspirações do povo chinês de forma coordenada com os interesses dos demais países. No plano interno essa harmonia se manifesta em manter adesão aos princípios do socialismo com características chinesas e, conseqüentemente, prover o bem-estar material da população chinesa. O desenvolvimento almejado é um autodesenvolvimento em vez de um expansionismo e busca por hegemonia no plano externo. Portanto, a política externa chinesa é um meio para realizar o engrandecimento do povo chinês que acaba por contribuir para o desenvolvimento do mundo através de relações recíprocas (JUNRU, 2011, p.115-116).

Uma visão mais profunda desse conceito é apresentada por Xuetong (2001). Para o autor, a ascensão chinesa é a reivindicação legítima da China, que sempre foi uma grande e rica civilização e perdeu seu status ao longo do século XIX. Então a intenção é apenas recuperá-lo e ocupar o espaço que secularmente pertenceu à China.

No mesmo diapasão, o autor defende que a ascensão chinesa traz consigo uma contribuição para a riqueza e bem-estar da humanidade, pois se trata de uma nação milenar que guarda conhecimentos e experiências que vão engrandecer toda a humanidade. Nisso se inclui o vigoroso crescimento econômico, que traria benefícios a todos que quiserem partilhar dele e a contribuição da cultura política chinesa para o reordenamento das normas internacionais no sentido de promover os valores do respeito à soberania e autodeterminação.

A China é a nação mais populosa do mundo e demanda volumosos recursos para atender as necessidades internas da sua população. Mas nem por isso quer se desenvolver às expensas dos países menores através de expedientes tais como a colonização. Pelo contrário, o objetivo da China é ascender internacionalmente através dos seus esforços, investindo principalmente em educação e ciência. A consequência disso são investimentos e intensas relações comerciais com todo o mundo, mas de forma pacífica, sempre pela via da cooperação e busca de benefícios mútuos.

O autor reconhece que é natural que existam opiniões diversas sobre a expansão econômica e política chinesa. A principal é a dos EUA, que vê a China como uma ameaça militar com a qual inevitavelmente entrará em choque. Para Mearsheimer (2004), não existe a possibilidade de uma ascensão chinesa pacífica por que a anarquia do sistema internacional impele os Estados a buscarem a sobrevivência mediante a força militar. Para o autor, não há alterações na balança de poder entre os Estados sem conflitos abertos, principalmente quando se observa que um país como a China deslocando a influência dos EUA na Ásia.

Essa retórica chinesa de enfatizar a construção de um mundo harmônico onde os países estabelecem relações mutuamente benéficas encontra eco, segundo Zhu (2013), no pensamento construtivista das Relações Internacionais. Assim sendo a China empenha-se em reconstruir a política internacional a partir de diplomacia baseada em princípios distintos daqueles dominantes. Porém, a idéia de construção de uma sociedade harmônica tem um espectro muito particular tem suas raízes no marxismo-leninismo e no pensamento de Mao Tsé-Tung, sendo aperfeiçoado nas contribuições posteriores dos governantes chineses⁴¹.

A materialização dessa visão chinesa sobre si diante do mundo se traduz numa prática diplomática através da qual se busca difundir a influência do país no mundo. Para Zhu (op. cit. p.6), a diplomacia chinesa tem quatro eixos: a diplomacia das grandes potências, a diplomacia da boa vizinhança, a diplomacia pública e a diplomacia da energia. As duas primeiras buscam dar conta da balança de poder em reação às demais potências e com a vizinha asiática; a diplomacia pública envolve a difusão da cultura e valores chineses através da promoção de centros culturais pelo mundo. A terceira visa atender especificamente as necessidades internas do processo de crescimento, principalmente através do desenho de políticas específicas para os países fornecedores de matéria-prima. Nisso se inserem tanto os livros Brancos para a América Latina como a parceria estratégica entre Brasil e China.

4.3 Características do Investimento Direto Externo Chinês

⁴¹ The Scientific Outlook on Development is a continuation and development of the important thoughts on development advanced by the previous three generations of central collective leadership of the CPC and a concentrated expression of the Marxist world outlook and methodology with regard to development. It is a scientific theory that is in the same line as Marxism-Leninism, Mao Zedong Thought, Deng Xiaoping Theory and the important thought of Three Represents and keeps up with the times. Discurso de Hu Jintao no 17º Congresso do Partido Comunista Chinês.

O IED chinês tem características bem singulares e complexas devido à profundidade da propriedade estatal e à importância de órgãos do governo como o Mofcom e o SAFE na condução dos investimentos. Segundo a Unctad (2017), 17% das SOEs chinesas são instrumentos de Estado para impulsionar o investimento externo direto, mas o grau de influência vai além, e não depende da participação estatal no capital das empresa por que o controle sobre o ambiente institucional condiciona as decisões privadas de internacionalização (BUCKLEY, 2007, p.11)

Segundo Jaguaribe (2017) tais preocupações são acertadas, pois os investimentos são orientados pela combinação do interesse nacional e da busca de melhorar a posição da China nas cadeias globais e valor. Esse receio é realimentado pela falta de informação precisa sobre o tamanho da presença do Estado chinês na economia, pois o perfil da propriedade estatal ocorre de diversas formas, nem sempre muito claras.

O fato é que independente do tipo de propriedade, o controle estatal é sempre presente seja empresa privada ou pública, ambas estão inseridas no mesmo ambiente de regulação que desenha o caminho por onde devem seguir seus investimentos (JAGUARIBE, op. cit. p. 373). Há uma estratégia que envolve políticas setoriais, política externa/diplomática e política econômica e monetária que condicionam os investimentos externos diretos. (POON, 2017, p. 994).

De acordo com Haley e Haley (2013), os subsídios representam um instrumento central em impulsionar as empresas estatais a expandir suas atividades e crescer. A transformação produtiva interna e externa só foi possível em virtude do dirigismo estatal junto ao sistema de crédito subsidiado. (POON, op. cit., p. 1016).

Além disso, os próprios bancos chineses expandem suas atividades para outros países. O *China Development Bank* concedeu cerca de 132 bilhões de dólares em empréstimos a países da África e América Latina entre 2003 e 2011 onde mais da metade do valor deveria ser pago na forma de petróleo, os chamados *commodity-backed agreement*. (POON, op. cit., p. 1032.)

Até o início do século XXI, tanto exportações como os investimentos externos cresceram substancialmente na China, embora os valores exportados sejam sobejamente superiores como mostra a tabela 1⁴². No caso dos IEDs na China, os valores se mostraram mais

⁴² O FMI não fornece valores absolutos em dólar estadunidense para os investimentos e o *China Statistical Yearbook* apenas disponibiliza tais valores em moeda local. Por isso, a tabela xxx não possui os valores dos investimentos.

elevados do que os IEDs realizados por empresas chinesas. Isso evidencia os efeitos da política de atração de capitais externos na década de 80 para as ZEEs. Mostra também que nos primeiros vinte anos das reformas os IED chineses foram insignificantes em termos absolutos e relativos. O ponto de inflexão é o início do século XXI e o lançamento da política de internacionalização das empresas chinesas (*go out*), quando os valores dos dois tipos de IED se aproximam.

TABELA 1

Evolução da Economia Chinesa (em milhões)

Ano	1982	1990	2000	2010	2017
PIB	286.719	398.623	1.214.915	6.066.351	12.062.281
Exportação	23.637	57.374	279.561	1.742.165	2.444.304
IED chinês	44	830	916	68.811	124.630
IED na China	430	3.487	40.715	114.734	136.320

Fonte: Unctad e FMI

Quando comparados os valores dos IEDs ante as exportações e o PIB nacional na tabela 2 é visível o quão pouco contribuem diretamente para o PIB nacional. Nesse tocante, as variáveis-chave foram os investimentos e as exportações. Juntos somavam 40% do PIB chinês em 1982 e atingiram o pico de 75% em 2010, enquanto os IEDs nesse ano atingiram pouco mais de 3%.

TABELA 2

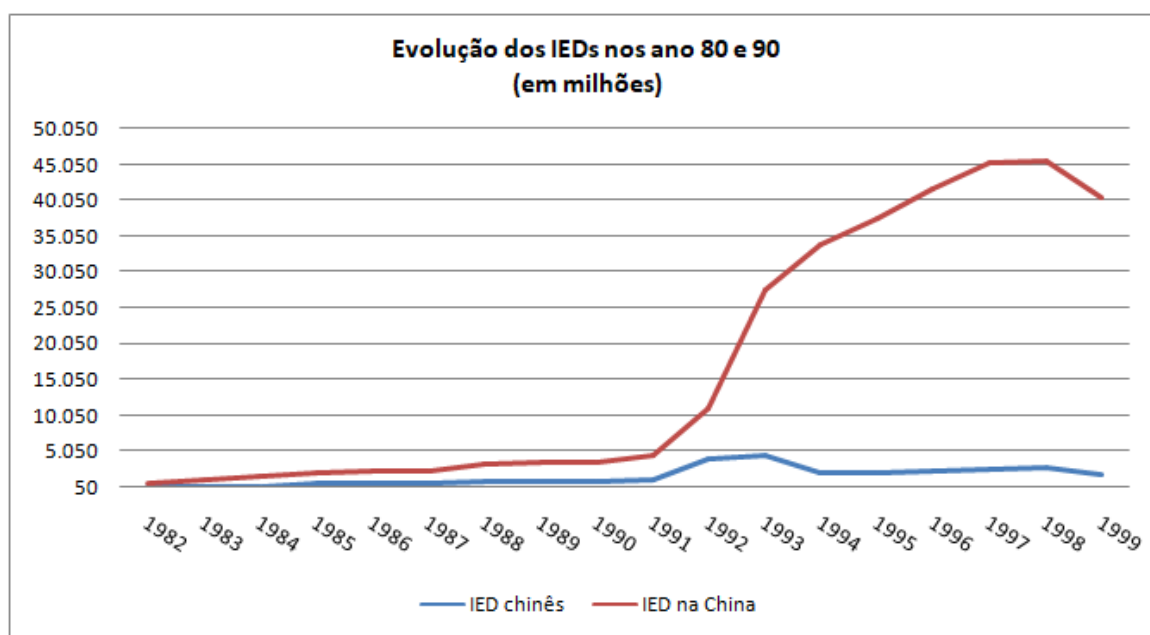
Participação das Exportações, Investimento e IEDs no PIB (%)

Ano	1982	1990	2000	2010	2017
Exportação/PIB	8,24	14,39	23,01	28,72	20,26
Investimento/PIB	32,40	34,38	34,33	47,88	44,64
IED chinês/PIB	0,02	0,21	0,08	1,13	1,03
IED na China/PIB	0,15	0,87	3,35	1,89	1,13
IED chinês/Exportação	0,19	1,45	0,33	3,95	5,10

Fonte: Unctad e FMI

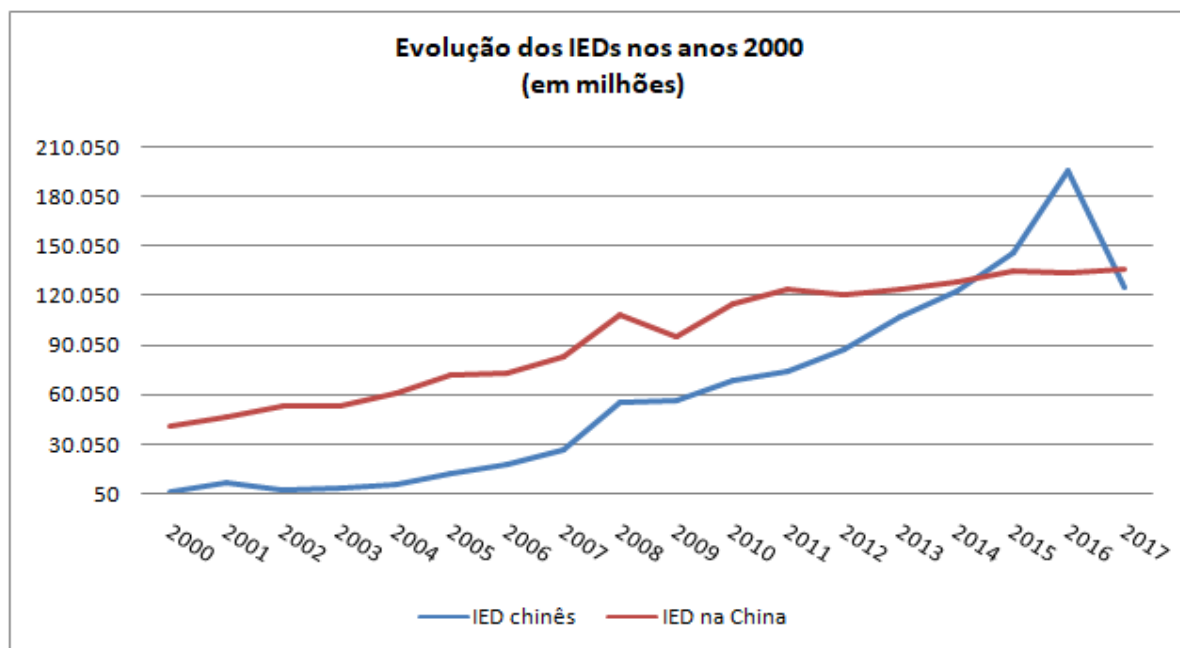
Os gráficos 1 e 2 ilustram melhor a trajetória dos investimentos externos diretos ao longo de todos os anos das reformas. Nos primeiros dez anos das reformas ambos os tipos de IED eram pequenos relativamente, porém a partir de 1991 o investimento externo direto na China mudou a trajetória e aumento substancialmente até o final da década. De uma forma geral, o fluxo de investimentos para a Ásia cresceu 8% nesse ano, contudo o êxito da China foi mais destacado, pois se tornou o segundo maior destino de IEDs entre os países em desenvolvimento. Os principais motivos dessa inflexão foram o crescimento econômico, aumento da renda per capita, os baixos custos de produção e o tamanho do mercado consumidor. Também contribuiu para tal desempenho o tratamento de nação mais favorecida que fora renovado pelos EUA (WIR, 1992, p.46-47).

GRÁFICO 1



O Investimento externo das empresas chinesas permaneceu estável durante toda a década. Somente a partir de 2003 os valores vão crescer continuamente até o pico de 150 bilhões em 2016. A queda do IED chinês em 36% em 2017 foi coordenada pelo governo, que identificou no biênio anterior uma saída em excesso de capitais para “investimentos irracionais” em áreas não estratégicas (WIR, 2018, p.48).

GRÁFICO 2



Fonte: Unctad

4.4 A Política da China para a América Latina

O comércio entre Brasil e China se intensificou bastante desde o início do século XXI. As exportações eram menos de 4 bilhões em 2004 e atingiram quase 100 bilhões em 2017. Tendência semelhante ocorreu com as importações, que aumentaram em mais de 160 bilhões em menos de vinte anos.

Esse crescimento foi devido ao acelerado processo de crescimento transformacional produtivo da China, que aumentou ainda mais sua integração com o mundo depois do ingresso na OMC em 2001. Por outro lado, o crescimento interno da China demandou aumento da demanda por recursos naturais da América Latina⁴³.

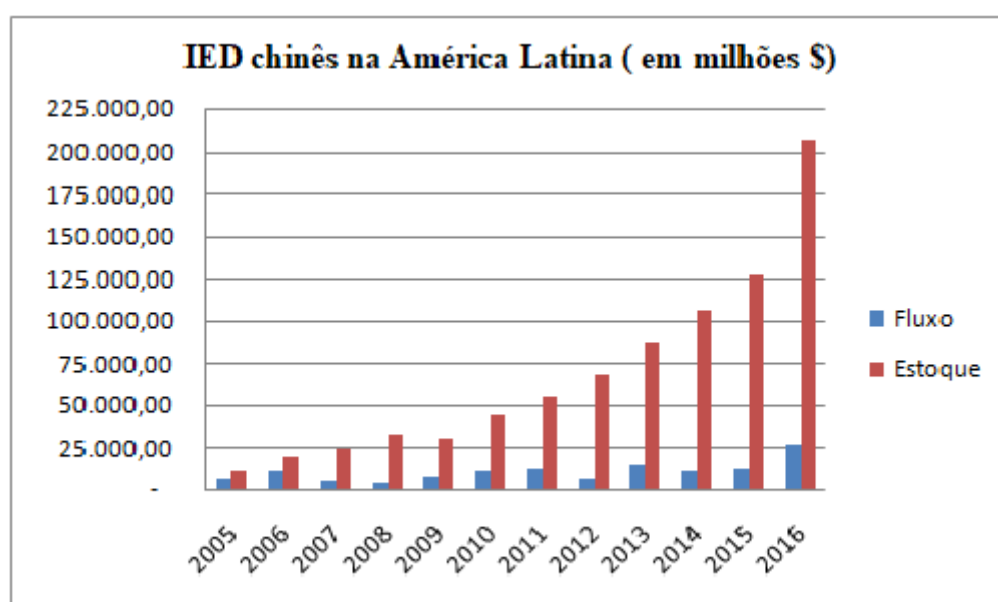
TABELA 3

⁴³ Para **Medeiros e Cintra (2015)** a acelerada urbanização da China modificou drasticamente os padrões de consumo e investimentos internos, aumentando a demanda por recursos naturais. O número de residentes em áreas urbanas aumentou entre 1980 e 2010 de 200 para 500 milhões.

Intercâmbio Comercial entre América Latina e China				
Ano	Exportações	Importações	Saldo	Corrente
2000	3.867.708.960,00	8.346.587.803,00	- 4.478.878.843,00	12.214.296.763,00
2005	19.134.732.751,00	36.336.521.963,00	- 17.201.789.212,00	55.471.254.714,00
2010	67.809.471.913,00	120.322.341.471,00	- 52.512.869.558,00	188.131.813.384,00
2015	74.497.036.371,00	170.616.737.435,00	- 96.119.701.064,00	245.113.773.806,00
2017	94.218.590.555,00	169.447.916.971,00	- 75.229.326.416,00	263.666.507.526,00
Fonte: Cepalstat				

O volume de IED chinês na região também só cresceu desde 2005 como mostra o gráfico ³⁴⁴. A cada ano o fluxo só aumentou assim como o estoque, que deu um salto substancial em 2016. Essa discrepância pode ser explicada pelo fato de que boa parte dos IEDs chineses ingressa através de outros países, principalmente paraísos fiscais. Um bom exemplo é que as Ilhas Cayman são maior receptor de IEDs da série. Segundo estimativa de Ludeña (2014), a região recebeu investimentos externos chineses da ordem de 24 bilhões somente de 2010-2012.

GRÁFICO 3



Fonte: Red ALC China a partir de dados do Mofcom

O estoque de investimento chinês na AL subiu mais de 10 vezes, de pouco mais de 11 bilhões para cerca de 200 bilhões em 2016. No mesmo período o estoque de IED nos EUA

⁴⁴ Os dados anteriores a 2005 e posteriores a 2016 estavam incompletos, por isso foi utilizado apenas esse período.

atingiu apenas 60 bilhões, crescendo cerca de cinco vezes. A região que mais recebeu desde 2005 investimento foi a Ásia, absorvendo sempre mais de 60% dos recursos.

O interesse da China pela América Latina cresceu desde então. Em 2008, o governo chinês documentou explanando uma política específica para o relacionamento com a região. Ainda muito genérico, o Livro Branco para a América Latina falava da necessidade de aprofundar os laços entre países com interesses comuns e comprometidos com o binômio paz e desenvolvimento. Ao mesmo tempo, reconhece que há assimetrias entre o nível de desenvolvimento e, por isso, é necessário que tal relação seja construída sobre bases que proporcionem benefícios recíprocos.

Dessa forma vai propor uma parceria estratégica com a região pautada pelos seguintes objetivos: promover a confiança mútua e o respeito; aprofundar a cooperação e buscar resultados do tipo *win-win*; impulsionar o progresso recíproco e trabalhar para que a América Latina reconheça a China única⁴⁵. Os principais temas estão agrupados nos campos políticos, econômico, cultural e de questões de governança internacional.

A materialização da parceria virá com a criação do Fórum da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribe (Celac)-China em 2014 e a realização do primeiro encontro em 2015. Objetivo desse fórum é promover reuniões periódicas sobre os temas propostos no Livro Branco de 2008 e criar uma agenda de trabalho com metas definidas. O produto dessa reunião foi o Plano de Cooperação 2015-2019 cuja função é orientar os trabalhos para o quadriênio. Nos anos subsequentes foram criados subfóruns para a agricultura, inovação tecnológica, relações entre empresas, partidos políticos, infraestrutura, jovens políticos e para entidades sociedade civil. Em 2016, é lançado um novo Livro Branco para a América Latina, atualizando e reforçando tudo que fora realizado até então. Mais recentemente, em 2018, houve o segundo encontro Celac-China onde, novamente, são atualizados temas e ratificada a posição comum do Fórum em apoio aos Objetivos do Milênio, Protocolo de Kyoto e a Convenção sobre a Mudança Climática.

A retórica empregada pela China nos *Policy Papers* para América Latina (Livros Brancos 2008 e 2016) é sempre de enaltecer as potencialidades dos parceiros e enfatizar as similaridades que facilitariam os laços de cooperação por serem países que compartilham de

⁴⁵ Esse é tema central das relações que a China estabelece com outros países, que é a sua soberania sobre Taiwan. Por isso, uma exigência sempre presente é que o parceiro não reconheça Taiwan como uma parte da China.

passado colonial ou semicoloniais, são países em desenvolvimento e economias complementares (LANXIN, 2008, p. 45).

4.5 Investimentos Diretos Externos chineses no Brasil

A parceria estratégica entre Brasil e China data de 1993, mas somente ganhou impulso na década seguinte com a aceleração do intercâmbio comercial e conseqüente ascensão internacional de ambos. Um marco nessa relação foi a criação em 2004 na Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), que é responsável pelos trabalhos de coordenação da parceria estratégica entre os dois países.

A COSBAN realizou quatro encontros desde então. Os temas tratados se ampliaram bastante desde 1993 e incorporaram demandas recentes da política internacional. Foram criadas subcomissões que tratam de assunto de economia, cultura, tecnologia, agricultura, mineração e indústria. Os trabalhos da COSBAN foram organizados em dois documentos: o Plano de Ação Conjunta 2010-2014, atualizado para o período de 2015-2021 e o Plano de Decenal de Cooperação 2012-2021. Ambos estabelecem metas de curto e médio prazo para a cooperação entre os dois países para todas as áreas contempladas.

Desde o segundo encontro em 2013 há proposições da parte da China no sentido de abrir os mercados brasileiros, principalmente para investimentos em mineração e infraestrutura, algo que recebeu sinalização positiva do governo brasileiro⁴⁶. A sinalização por parte da China vem no sentido de propor investimento conjuntos em diversas áreas sensíveis para o Brasil e ao mesmo tempo abrir-se aos capitais estrangeiros⁴⁷. Nessa mesma reunião, foi decidido elevar a parceria estratégica à categoria de parceria estratégica global, ou seja, inclui a na agenda os temas de política internacional de interesse comum nas instâncias do Brics, ONU, BASIC e G-20.

Na reunião seguinte em 2015 foi dado um passo no sentido de aumentar a integração produtiva entre as duas economias. Foi criado o Fundo Brasil-China de Cooperação para a

⁴⁶ Falou-se da tramitação do projeto do novo marco da mineração do Brasil.

⁴⁷ “Promover investimentos conjuntos no Brasil nas seguintes áreas: Semicondutores; Autopeças e componentes eletrônicos; Pequenos e grandes geradores para a indústria de energia eólica; Maquinas de engenharia, maquinas e equipamentos ferroviários. Promover os investimentos de empresas brasileiras e chinesas na China nas seguintes áreas: Fabricação de ônibus; Aeronaves; Maquinas. Processamento de alimentos Plano Decenal de Cooperação” (2012, p. 6)

expansão da Capacidade Produtiva. O aporte inicial de recursos pela China foi de 15 bilhões e do Brasil de 5 bilhões. Segundo as diretrizes do Fundo, serão aprovados os projetos considerados prioritários para o governo brasileiro e simultaneamente venham a reforçar a cooperação com a China.

Do ponto de vista dos Investimentos chineses no Brasil, segundo o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), a última fronteira para os investimentos chineses no mundo era o Brasil. Isso por que até 2010 os investimentos no país eram escassos em comparação aos demais países do mundo.

A tabela 4 mostra a evolução dos investimentos desde 2005. O ponto de inflexão foi em 2010. O ingresso de investimentos nesse ano ultrapassou 13 bilhões e foram realizados três investimentos na área de que somaram mais de 90% do total pela SOEs Sinochem, StateGrid e Sinopec⁴⁸. No ano seguinte os valores se mantiveram elevados, na ordem de 7 bilhões, reduziu nos anos subsequentes e voltou a crescer em 2016, dessa vez com as empresas de StateGrid, Three Gorges, China Molybdenum, e CIC, também estatais do setor de energia.

TABELA 4

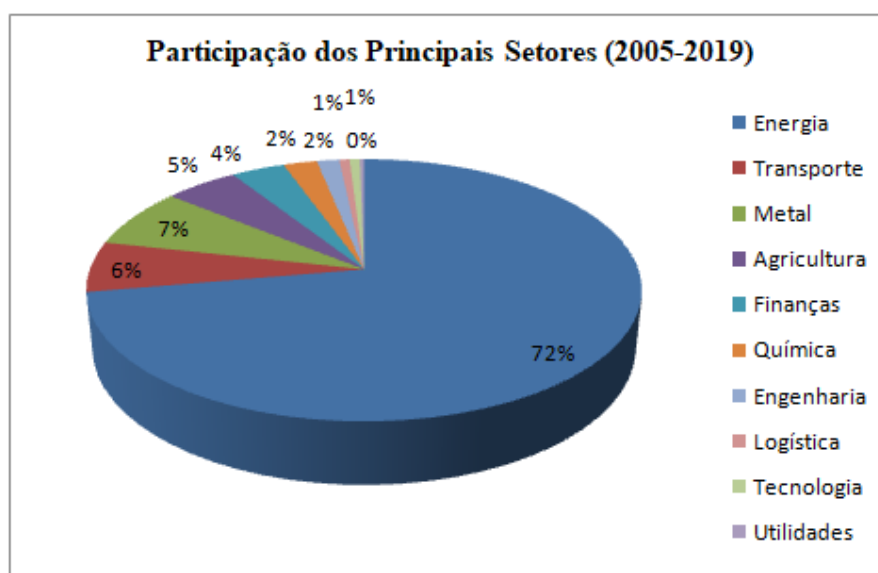
⁴⁸ OS valores dos investimentos foram de 3 bi, 1,7 bi e 7 bi, respectivamente.

Participação do Brasil no IED chinês			
Ano	IED chinês no Brasil (A)	IED chinês no mundo (B)	A/B (%)
2005	\$ 670,00	\$ 12.261,17	5,46
2006	\$ 1.630,00	\$ 17.633,97	9,24
2007	\$ -	\$ 26.506,09	0,00
2008	\$ -	\$ 55.907,17	0,00
2009	\$ 1.000,00	\$ 56.528,99	1,77
2010	\$ 13.890,00	\$ 68.811,31	20,19
2011	\$ 7.720,00	\$ 74.654,04	10,34
2012	\$ 2.600,00	\$ 87.803,53	2,96
2013	\$ 3.020,00	\$ 107.843,71	2,80
2014	\$ 3.370,00	\$ 123.119,86	2,74
2015	\$ 5.520,00	\$ 145.667,15	3,79
2016	\$ 13.220,00	\$ 196.149,43	6,74
2017	\$ 9.770,00	\$ 124.630,00	7,84

Fonte: CGIT e Unctad

Uma característica em comum desse investimento é todos foram no setor de energia (petróleo, energia elétrica e gás). De acordo com o gráfico 4, para todo o período os IEDs nesse setor corresponderam a 72% seguidos por transporte e metal com 7 e 6% respectivamente.

GRÁFICO 4



Houve um crescimento relativo da participação do IED chinês no Brasil *vis-à-vis* o restante do mundo, porém não há uma tendência em torno de um valor. Há, de fato, dois picos de entrada em 2010 e 2016 acompanhados por um ano seguinte sensivelmente menor. Nesses dois anos o Brasil passava por circunstâncias bem diferentes entre si. Em 2010 o PIB cresceu acima de 7% depois de uma retração no ano anterior decorrente da crise financeira

internacional. O setor externo obtendo superávits na balança comercial elevados, embora tenha caído em relação à 2008/2009 (de 23,8 e 25 bilhões para 18). Também foi o ano em que houve a maior taxa de crescimento de formação bruta de capital⁴⁹ fixo e investimento do setor público federal desde 1995 (17,9% em relação a 2009). Além disso, a taxa de desemprego vinha caindo desde 1998 e atingiu o patamar de 5,3%.

Em 2016, a conjuntura era exatamente o contrário: a economia estava em franca desaceleração desde 2013 teve crescimento negativo naquele ano (3,5%, o mesmo valor de 2015). O superávit na balança comercial até cresceu mais do que em relação aos anos anteriores, mas isso foi devido à retração das importações em consequência do menor crescimento, bem como da taxa de câmbio que se desvalorizou bastante (de 1,7 em 2010 para 3,3 em 2016). A formação bruta de capital fixo cresceu negativamente, ou seja, houve desinvestimento, que redundou numa taxa de desemprego de quase 13%, quase o dobro de 2015.

Pelo lado da China em 2010 foi um dos anos de maior taxa do crescimento do PIB enquanto em 2016 este valor caiu para modestos 6,7%. O ritmo dos investimentos externos se manteve alto, caindo apenas em 2017 por decisão do governo⁵⁰. Mesmo em duas situações de relativa diminuição da taxa de crescimento do PIB a China continuou praticando sua política de IED. No Brasil, seja no pico de crescimento ou na recessão mais grave já registrada o ingresso de IEDs chineses acelerou ante os anos anteriores⁵¹.

A modalidade de ingresso que consta na tabela 5 mostra outro lado desses IEDs. De uma forma geral, os Investimentos na modalidade fusões e aquisições corresponderam a mais de 60% do volume de capital transacionado. Isso significa que nesses casos não houve ingresso de capital novo, mas apenas permuta patrimonial ou acréscimo acionário, de sorte que não aumentou a capacidade instalada. Nos dois anos em questão, 2010 e 2016, a maior parte do ingresso de recursos no setor de energia foi através de fusões e aquisições e, portanto, não houve grande contribuição do capital chinês para a infraestrutura de energia.

TABELA 5

⁴⁹ Equivale os investimentos das empresas em bens de capital, ou seja, aqueles bens que são utilizados para produzir outros bem, que levam à expansão da capacidade de produção.

⁵⁰ Isso já fora comentado na página 69 quando o gráfico 2 é analisado.

⁵¹ <https://www.valor.com.br/brasil/4890366/pib-do-brasil-cai-72-em-dois-anos-pior-recessao-desde-1948>

Modalidades de entrada dos investimentos (em milhões de dólares)			
Ano	Novos	Fusões e Aquisições	Joint ventures
2010	900,0	14,08	0
2011	1,5	6,77	368
2012	2,6	1,474	1,27
2013	1,4	820	1,55
2014	954,0	569,6	1,072
2015	3,7	5,443	698
2016	3,8	9,136	149
Fonte: CEBC	15	38	5

A presença de empresa estatais chinesas nos IEDs no Brasil fica mais clara na tabela 6. Segundo a *China Global Investment Tracker* as estatais sob a administração da SASAC corresponderam a 75% dos investimentos no Brasil. No setor de energia se destacam as áreas de geração de energia elétrica e petróleo. Também mostra a baixa participação do setor financeiro através dessa modalidade de investimento. No geral, há um o elevado grau de concentração setorial, da forma de entrada, e do tipo de investidor do investimento externo chinês no Brasil no período estudado.

TABELA 6

IED das empresas estatais 2005-2019 acima de 1 bilhão

Nome da Empresa	Valor	Setor	Tipo
State Grid	\$ 15.400,00	energia	central SOE
Sinopec	\$ 13.190,00	energia	central SOE
Three Gorges	\$ 6.450,00	energia	central SOE
Sinochem	\$ 3.070,00	energia	central SOE
State Power Investment	\$ 2.260,00	energia	central SOE
ICBC	\$ 2.000,00	energia	central Huijin
Taiyuan Iron, CITIC, Baosteel	\$ 1.900,00	metal	SOE
CNOOC e CNPC	\$ 1.520,00	energia	central SOE
CIC	\$ 1.500,00	energia	SOE
East China Mineral Exploration and Development Bureau (Jiangsu)	\$ 1.200,00	metal	Subsidiária de SOE
CITIC-led fund	\$ 1.100,00	agricultura	central Huijin
Subtotal	\$ 49.590,00	-	-
Total de IED chinês	\$ 65.590,00	-	-

Fonte: China Global Investment Tracker

5 CONCLUSÃO

Nesta dissertação tentou-se avançar na compreensão da relação entre Brasil e China a partir dos IDEs do país asiático no Brasil. Para isso foi necessário situá-lo no contexto das transformações econômicas que vêm ocorrendo desde 1978 *vis-à-vis* as mudanças estruturais do capitalismo mundial que permitiram o desenvolvimento chinês.

A China realizou um processo de abertura comercial aos capitais externos muito peculiar, onde o Estado não cedeu espaço à iniciativa privada simplesmente. Através de uma estratégia gradualista e experimentalista a China implantou seu modelo econômico calcado no planejamento através do mercado e, dessa forma, realizou a centralização e concentração de capitais estatais. Foram criados grandes grupos empresariais controlados pelo Estado.

A criação da SASAC em 2003 foi um passo adicional das grandes reformas, dessa vez no sentido de separar o controle da posse dos ativos estatais. Em verdade, a função dessa agência tem sido desde sua criação dar prosseguimento à centralização de capitais, algo que fica claro quando se observa que o número de empresas controladas diminuiu pela metade entre 2003 e 2019. A política de internacionalização (*going out*) foi conduzida em paralelo e também submetida ao crivo de várias instâncias de regulação sempre balizadas pelo caráter estratégico do setor em questão e da região para onde deve se direcionar.

Essa expansão de capitais de chineses foi acompanhada da tentativa de construção de laços entre a China e os demais países através de um discurso que descreve a ascensão econômica e política como algo benéfico para o mundo. Isso está presente nos *Policy Papers* para a América Latina e na parceria estratégica com o Brasil. Tais práticas mostram o interesse da China em aprofundar laços com países e regiões cujas experiências históricas de exploração colonial são um elemento de aproximação, ainda que de forma desigual.

Como se trata de uma expansão política, econômica e geográfica o conceito de imperialismo foi explorado. A conclusão é que, apesar de exibir uma inequívoca exportação de capitais, os traços de imperialismo são apenas aparentes. Primeiro por que o conceito de imperialismo não se esgota na exportação de capitais, mas envolve uma política mais ampla, com elementos militar e de coerção que a China não possui. Além disso, o fato de a maioria dos investimentos chineses serem estatais revela uma peculiaridade da sua formação social desde a fundação da República Popular.

No caso dos investimentos externos no Brasil, há que se notar que são recentes, porém intensos e vêm cercados de interesses pela parte da China, principalmente no setor de energia. Por outro lado, mais uma vez, é saliente que os IEDs são de propriedade estatal em sua maioria, de empresas submetidas ao controle da SASAC e que são centrais para a estratégia geopolítica da China. Portanto, pode se afirmar que há setores de infraestrutura brasileira sendo adquiridos pelos capitais chineses, algo que ocorre independente do ciclo econômico, mas que é reforçado e consentido pelo enlace não coercitivo da parceria estratégica.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, L. *et al.* China e Brasil: oportunidades e desafios In: LEÃO, R. et al (org) **A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011.
- BARAN, Paul.; SWEEZY, Paul. **O Capitalismo Monopolista**. São Paulo: Zahar, 1966
- BARAN, Paul. **A Economia Política do Desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BUCKLEY, P. et al. (2007). “**The determinants of Chinese outward foreign direct investment.**” *Journal of International Business Studies* p. 499–518.
- BUKHARIN, Nikolai. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CALLINICOS, Alex. **Imperialism and Global Economy Today**. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/etol/writers/callinicos/2005/xx/imperialism.html>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- CALLINICOS, Alex. **Marxism and Imperialism Today**. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/etol/writers/callinicos/1991/xx/imperialism.html>. Acesso em: 20 mar. 2019
- CALLINICOS, Alex. **Does capitalism need the state system?** *Cambridge Review of International Affairs*, 20:4, 533-549
- CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA (CEBC). **Uma análise dos investimentos chineses no Brasil 2017**. CEBC, 2017.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **World Investment Report 2015**, Genebra: UNCTAD, 2017.
- CHU-YUAN, Cheng. **Communist China’s Economy 1949-1962**. Washington: Seton Hall University Press, 1963
- BARRAT BROWN, Michel. **A Economia Política do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DE LA ROSA, R. Política exterior china: reconceptualizando el sistema Tianxia. In: DE LA ROSA, R.; MAYA, J. (orgs) **Política Exterior China: relaciones regionales y cooperación**. México: Universidad Autónoma do Mexico, 2015.

FUNG, Ho-Lup. **The Making and Melting of the “Iron Rice Bowl” in China 1949 to 1995. Social and Policy Administration.** Volume 35, nº 3, julho de 2001, páginas 258-273

GILPIN, 2002. **A Economia Política das Relações Internacionais.** Brasília: Editora da Unb, 2002

HALEY, G. e HALEY, U. **Subsides to Chinese Industry: state capitalism, business strategy and trade policy.** 1ª Edição. Oxford University Press: 2013.

HOLLAND, M.; BARBI, F. China e América Latina: uma análise da perspectiva dos investimentos diretos externos. In: BAUMANN, R. (org). **O Brasil e os demais Brics: comércio e política.** Brasília: Cepal/Ipea, 2010.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** São Paulo: Editora Record, 2000.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** Trad. São Paulo: Loyola, 2004.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

HONG, S.; NONG, Z. **The China's State-Owned Enterprises: Nature, Performance and Reform** (Series on Chinese Economics Research). World Scientific Pub Co Inc. 2012.

JINGLIAN, Wu. **Understanding and interpreting Chinese Economic Reform.** Hanson: Thomson/South-Western, 2005.

JAGUARIBE, A. **Characteristics and Direction of China's Global Investment Drive.** In: JAGUARIBE, A. Directions of Chinese Global Investments: implications for Brazil. Brasília: Funag, 2017.

LANXIN, X. A View from Latin America. In: ROETT, R; PAZ, G (orgs). **China's Expansion into the Western Hemisphere: implications for Latin America and The United States.** The Brookings Editors, 2008.

LENIN, Vladimir I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** São Paulo: Global, 1987.

LIN, Justin Y. et.al. **The China Miracle: Development Strategy and Economic Reform.** Hong Kong: The Chinese University Press, 2006.

LUDEÑA, Miguel; CHEN, Taotao. **Chinese Foreign Direct Investment in Latin Ameirca and the Caribbean.** Cepal. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35908/1/S2014011_en.pdf. acesso em: 10 abr. 2018.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MAGDOFF, Harry. **The Age of Imperialism: the economics of US foreign policy**. Londres: Monthly Review Press, 1969.

MAGDOFF, Harry. **Imperialismo: da era colonial até o presente**. Chicago: Monthly Review Press, 1978

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 3 volumes. São Paulo: Editora Boitempo, 2015

MEDEIROS, Carlos A. **A China como duplo pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática**. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 3 (103), PP. 381-400, julho-setembro de 2006.

MEDEIROS, Carlos A. **Economia e Política do Desenvolvimento Recente da China**. Revista de Economia Política, vol. 19, nº 3 (75), julho-setembro de 1999.

MEDEIROS, Carlos A. **Globalização e Inserção Internacional Diferenciada da Ásia e da América Latina**. In: Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização. TAVARES. M. C. e FIORI, J. L.(orgs). Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **China-Brasil: parceria predatória ou cooperativa?** Tempo no Mundo. Vol. 2, nº 1, janeiro de 2016. PP 143-160

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Brasil e China: cooperação Sul-Sul e Parceria Estratégica**. Fino Traço Editora, 2012.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. **Global Capitalism and American Empire**. Socialist Register London: Merlin Press, 2004.

PANITCH, Leo; GINDIN, Leo. **LA Construcción del Capitalismo Global**. Madrid: Edições Akal, 2015.

MUQIAO, XUE. **The China's Socialist Economy**. Pequim: Foreign Language Press, 1981.

NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy: adaptation and growth**. Londres: MIT Press, 2018.

PINTO, E. O eixo Sino-Americano e as Transformações do Sistema Mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. In: LEÃO, R. et al (org) **A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011.

SEVARES, Julio. **China: um socio imperial para Argentina e America Latina**. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

POON, D. **China's Overseas Development Finance: policy tools and mechanisms**. In; JAGUARIBE, A. Directions of Chinese Global Investments: implications for Brazil. Brasília: Funag, 2017.

SCISSORS, D. **China's Investment Overseas in 2010**. The Heritage Foundation, 2011. Disponível em: <<http://www.heritage.org/Research/Reports/2011/02/Chinas-Investment-Overseas-in-2010>>. Acesso em: 14 de agosto de 2018.

SZAMOSSZEGI, A.; KYLE, C. **An analysis of State-owned enterprises and State Capitalism in China**. U.S.-China Economic and Security Review Commission Research Archive, Oct. 2011. Disponível em: <http://www.uscc.gov/researchpapers/research_archive.php>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2019.

SUTHERLAND, D. **China's “national team” of enterprise groups. How has it performed?** China Policy Institute Discussion Paper, Nottingham, pp 1-24, n. 23, jul. 2007.

SWEEZY, Paul. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TAVARES, Maria C. **A Retomada da Hegemonia Americana**. In: Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização. TAVARES, M. C. e FIORI, J. L.(orgs). Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1997.